



o grande tema

A Educação e o Ensino Escolar no Desenvolvimento Local da BIS

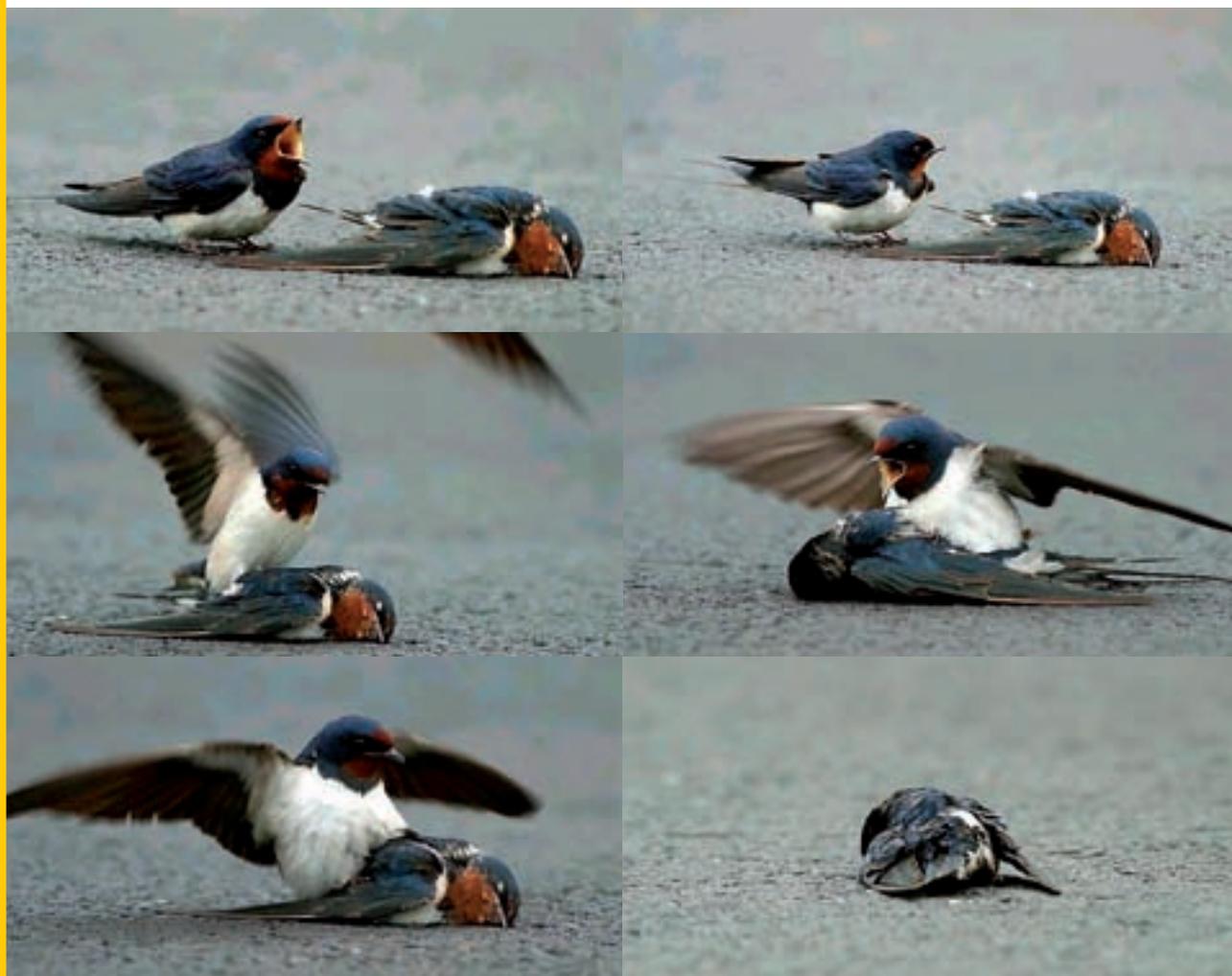
07

Out. Nov. Dez.

07

vidas e veredas da raia


viver



*Lá do outro lado do Mundo,
duma praça qualquer do Japão...
perante a morte,
chega-nos o grito de dor dum passarinho,
que observado por um fotógrafo
com coração de menino,
transforma um drama “natural”
numa imagem de infinita ternura,
bela e trágica,
de dimensão mais que humana.*

*Será que só os pássaros ainda gritam
pelo seu amor?*

António Realinho
Director da ADRACES



FISHEYE

Onde a Cidade...

Dos rurais envergonhados?

Para o Director desta revista, “VIVER” é falar das vidas vividas pelas Veredas e Avenidas da BIS (Beira Interior Sul). É falar e reflectir sobre a nossa condição e as teias que tecemos para nos relacionarmos uns com os outros e com as coisas existentes na natureza do nosso território. É percorrer assiduamente os nossos “circuitos de manutenção cerebral” da mesma forma que outros percorrem os “circuitos de manutenção física”.

ONDE A CIDADE?

Já vai havendo muito quem pense que a “Cidade”, ao contrário do que até agora se dava por adquirido e certo, pode não estar onde há muitos prédios e muitas pessoas; mas está, com certeza, onde há “CIDADÃOS”, sejam eles ditos rurais ou urbanos. São os Cidadãos que formam a “CIDADE” e dificilmente o contrário!

Para estas novas correntes de pensamento, todo o espaço habitado por CIDADÃOS é CIDADE!

Assim, não se deveria chamar – CIDADE – a um denso aglomerado de habitações onde vivam “simples submetidos”, pessoas ignorantes dos seus direitos e deveres sociais, pessoas sem nenhuma

espécie de intervenção social, pessoas totalmente passivas sem capacidade para pensar e tão só para aceitar o que a vida lhes vai proporcionando.

Cada pessoa é ou não um “CIDADÃO” (sujeito activo da sua sociedade) quer viva rodeado de floresta vegetal ou de “floresta” de ferros e cimento com muitas luzes de néon.

Pode haver “CIDADE” na casa mais humilde e isolada.

Há muita gente sem arte, grosseira, bruta e sem instrução (entre pessoas ditas urbanizadas), mas... estas classificações continuam a ser definições coladas ao conceito de “rustre”!

“Rustre” ainda é, segundo os dicionários e a enraizada cultura dominante, aquele que pertence ao campo, à vida agrícola. Como se no campo não existissem vidas para além das agrícolas! Como se a vida agrícola, por si só, fosse sinónimo de “vida bruta” e a vida urbana sinónimo de “vida inteligente”.

Anda por aí muita gente que pensa ser “Citadino-urbanizado” e não gosta que os tomem por “rurais”; que não são nem uma coisa nem outra, pese o uso do colarinho engomado e gravata. São personagens que vagueiam no limbo das identidades das comunidades em que fingem integrar-se, estão socialmente mortos! Nem rurais nem urbanos, porque, simplesmente, não são CIDADÃOS.

OS RURAIS ENVERGONHADOS

Quem se envergonhar da sua condição de nascença ou de pertença, por razões de ordem social e/ou geográfica, não merece ser de parte nenhuma. Não merece ter tido berço, seja ele urbano ou rural.

Os nossos leitores, os Homens e Mulheres da BIS, sejam eles de onde forem, tenham eles a profissão que tiverem, devem orgulhar-se da nossa cultura e combater esse “acanhamento temeroso” que nos leva, muitas vezes, a desvalorizar os nossos conhecimentos e a exagerar a sabedoria dos outros.

Sem inferioridade nem superioridade de parte a parte, porque a CIDADE é onde estiverem CIDADÃOS e o espaço RURAL é onde se produzem os alimentos de todos.

Produzem-se os alimentos, mas não só... também vem e veio dos espaços rurais, das práticas da vida rural, das milenares culturas rurais, a matriz de todos os valores morais e éticos que ainda são (ou deviam ser) referências das sociedades contemporâneas hiper-urbanizadas.

Somos todos rurais e urbanos, cada um segundo a preponderância das suas opções de vida. Esta revista é uma Revista que quer pensar e VIVER jogando para o caixote do lixo das tradições inúteis os anátemas fatalistas sobre a condição das pessoas segundo o seu lugar de nascença ou de residência, ou da sua actividade profissional. ☘



PEDRO MARTINS

- | | |
|---|--|
| <p>01 DO DIRECTOR
Onde a Cidade... Dos rurais envergonhados?</p> <p>03 DO EDITOR
Quando os filhos saem aos pais...</p> <p>04 TEM A PALAVRA
Entrevistas às Juntas de Freguesia da BIS:
Bemposta, Benquerença, Benquerenças, Cafede</p> <p>08 TRIBUNA DA CIDADANIA
Joaquim Augusto Romão Cabanas
Carteiro de Meimoa/Cidadão Escolhido</p> <p>09 ONDAS CURTAS EUROPEIAS</p> <p>12 AO SABOR DA PENA</p> | <p>13 GRANDE TEMA
A Educação e o Ensino Escolar no Desenvolvimento Local da BIS</p> <p>39 NO CAMPO DA IRONIA
A fuga do sacristão</p> <p>42 NÓS ADRACES</p> <p>43 OS NOSSOS PARCEIROS</p> <p>44 QUIOSQUE DA BIS</p> <p>46 TEORIAS E PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL</p> <p>47 SENTIR A BEIRA
Escola de laços e valores</p> |
|---|--|

FICHA TÉCNICA

Director: António Realinho § **Director-Adjunto:** Teresa Magalhães § **Editor-Geral:** Camilo Mortágua § **Conselho Editorial:** António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós § **Coordenação da Redacção:** Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão § **Director Comercial:** Luís Andrade
Design / Produção Gráfica: Isto é, comunicação visual, lda · Rua Santos Pousada, 157 - 3º - Sala 15 · 4000-485 Porto § **Colaboradores:** Abel Cuncas, Aida Rechená, Ana Paula Fitas, António Salvado, Calisto Tamor, Carlos Rosa, Celso Lopes, Clarisse Santos, Conceição Pedrosa, Domingos Santos, Fernando Paulouro Neves, José Carlos Marques, José Lopes Nunes (Jolon), José Portela, Lopes Marcelo, Luís Rocha, Margarida Cristóvão, Maria José Martins, Marta Alves, Paulo Pinto, Pedro Lino, Rui Morais, Sandra Vicente, Vergílio Pinto de Andrade § **Capa:** FishEye

Depósito Legal: 243365/06 § **Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** 124952 § **Propriedade:** ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul · Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão · Telef. +351-272540200 · Fax. +351-272540209 § **Número de Identificação Fiscal (NIF):** 502706759 § **Sede da Redacção:** Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão § **E-mail:** viver@adraces.pt § **Periodicidade:** Trimestral § **Tiragem:** 4.000 exemplares



Meninos do Rosmanihal

Quando os filhos saem aos pais...

A educação e o ensino escolar, como factores do Desenvolvimento Local da BIS, é o Grande Tema deste número 7 da VIVER. Toda a comunicação social do País, ou quase, tem tratado a questão do ensino escolar. De muitas e diversas maneiras. Muito se tem escrito e falado sobre os Professores e os seus direitos, muito mais sobre os problemas da violência nas escolas e o encerramento de escolas rurais. Também nós quisemos trazer, para as páginas da VIVER, as opiniões dos profissionais de educação exercendo a sua actividade na BIS e igualmente a de outras pessoas atentas aos problemas desta área e nossos colaboradores regulares. São questões que permanecem na ordem do dia, desafiando a nossa obrigação cívica de nelas participar, contribuindo com as reflexões dos nossos leitores e redactores para um debate que, ao contrário do que por vezes se pensa, deve ser permanente e generalizado a todos nós cidadãos portugueses. De acordo com o estatuto editorial, ao Conselho Editorial compete determinar os Grandes Temas a tratar, ao editor compete-lhe velar pela melhor escolha possível dos conteúdos e pela correcção e pertinência dos mesmos, ouvido o Conselho de Redacção. Uns e outros, não pretendemos dizer aos nossos leitores em que devem pensar... o que pretendemos, isso sim, convictamente e com os meios e capacidades que são os nossos, é... servir-nos dos temas que tratamos para estimular a prática de pensar, para incentivar o acto criativo de exercitar a mente na análise dos fenómenos do mundo que nos rodeia. É algo assim como incentivar a praticar desporto, deixando a cada

um a escolha do desporto que prefere e do clube de sua preferência para o praticar. Praticando esse exercício, também a nós nos ocorre, por vezes, esbarrar em perplexidades resultantes desses esforços de reflexão... A propósito do Grande Tema de hoje em geral e, em particular, a propósito da violência nas escolas demos por nós a formular a seguinte questão:

Antigamente, cá pelas Aldeias e Vilas onde sempre vivemos, o Professor ou a Professora eram, conjuntamente com o Senhor Padre, mas mais universalmente do que este, as pessoas mais importantes da terra. A elas se recorria para pedir conselho, para facilitar a solução dos problemas do quotidiano familiar ou da comunidade. A sua opinião e estatuto eram respeitados por toda a comunidade que via nessas pessoas uma mais-valia para a sua terra!

Eram pessoas disponíveis para ouvir e para se solidarizarem com as angústias e incertezas dos progenitores das "suas crianças". Serviam de escriturários das cartas para a família ausente, ajudavam na administração da economia familiar, recebendo em troca dessa disponibilidade a estima da comunidade e até as carinhosas ofertas alimentares que vinham suavizar as carências provenientes das magras remunerações atribuídas. Os Professores (as) eram pessoas integradas e queridas das comunidades.

Todos, sem polícias nem forças repressivas, se respeitavam mutuamente, a começar pelos mais velhos! A Sociedade era outra? – Pois era... mas quais os méritos dessa outra e os defeitos da que temos?



Camilo Mortágua

Editor-geral
camor@sapo.pt

Será que, se entre Pais e Filhos, entre Avós e Pais, entre Professores e Pais e Avós, se entre todos se respeitassem e praticassem entre si o reconhecimento pela utilidade e bondade social de cada um, se os mais velhos se respeitassem entre si, os mais novos também seriam capazes de lhes seguir o exemplo? A pergunta fica no ar... agarrem-na se puderem! ✿

PS.

Em negro, de bem negro vestida, vai a nossa mensagem de condoída solidariedade para as famílias dos que tragicamente nos deixaram naquela fatídica tarde de 5 de Novembro. Cuidemos bem uns dos outros... já somos tão poucos!

Junta de Freguesia de Bemposta
Luís Tomé, 43 anos

“A cinegética é a primeira fonte de receita da freguesia”



Casado, pai de dois filhos, natural e residente da Bemposta, Luís Tomé luta diariamente com esforço pelo dinamismo económico da freguesia mais pequena do concelho de Penamacor.

Dono de uma empresa dedicada ao ramo da azeitona de conserva e tremçoço, lamenta que não hajam outros investidores a apostar na freguesia para implantar os seus negócios.

O fantasma do despovoamento assombra sobremaneira a localidade e o quotidiano da centena e meia de habitantes que ainda resistem na pequena aldeia que outrora chegou a ser sede de concelho.

Como é que aparece a Junta de Freguesia?

Estamos cá por carolice, mas também por amor à terra e já vou no quarto mandato como presidente. Sou dos mais velhos do concelho de Penamacor. Agora começo a achar que vai sendo tempo de me retirar e dar lugar a outros. Mas não é fácil encontrar pessoas capazes de me substituir. Vamos tentar solucionar isso nos próximos dois anos de mandato que me restam.

Quais os principais problemas da Bemposta?

Eu penso que o problema base é mesmo a desertificação. Todos os problemas que nos assolam são derivados da falta de pessoas. A freguesia tem cerca de 150/160 residentes fixos, e 189 eleitores, a maioria em Lisboa, mas que fazem temporadas aqui na terra. Eu não posso dizer que a freguesia tenha outros problemas. Temos conseguido suprir todas as necessidades vitais da população. A nível de infra-estruturas, temos esgotos, água, electricidade em tudo quanto é canto. Portanto, o que falta são mesmo as pessoas

para que possamos dinamizar um pouco mais a freguesia. Nós até temos um pequeno grupo que tem representado a freguesia na realização de vários eventos, mas cuja média de idades rondará os 70/75 anos. Os anos vão passando, as pessoas vão envelhecendo e os jovens não existem para que possamos dar continuidade ao grupo.

A escola primária encerrou há quatro anos. Neste momento, temos duas crianças em idade escolar que estão a frequentar a escola primária de Águas.

O meu maior sonho era ver a freguesia da Bemposta com gente. Mas tenho consciência de que é um sonho muito difícil de realizar.

E que poderá ser feito para atrair gente?

O principal pólo de atracção para fixação das pessoas é a indústria. Se as pessoas não tiverem condições para trabalhar, um meio para se sustentar, têm de procurar outro sítio para morar. E o concelho de Penamacor, à semelhança dos concelhos vizinhos, não tem empresas com capacidade para criar

postos de trabalho. Temos então de pensar numa aposta futura de implementação de micro-empresas. Esta seria uma saída. Ou poderíamos tentar funcionar em termos de associativismo. Vejamos o bom exemplo de Espanha, logo aqui ao lado, em aldeias pequenas como a Bemposta. Devíamos ir aprender um pouco com eles e sermos capazes de ter o associativismo que eles têm. A nível de desenvolvimento, a Junta está a caminhar agora para o quarto ano de uma aposta séria na cinegética. Criou-se a zona de caça municipal, que se assume, neste momento, como a primeira fonte de receita da freguesia. Actualmente, somos visitados por 40 a 45 pessoas oriundas de todo o país durante os fins-de-semana em época de caça. E ainda gostava muito de ver um projecto pioneiro a nível nacional de criação de uma zona de caça concelhia que englobasse todas as freguesias do concelho. Todos os anos, com a aproximação da abertura da época de caça, recebo diariamente pedidos de novas pessoas a quererem inscrever-se. Acho que se trata de uma boa questão a explorar, porque ter o luxo de sermos visitados por tantas pessoas todos os fins-de-semana no concelho de Penamacor não deve ser desperdiçado.

A Junta em parceria com a Câmara Municipal, neste momento, tem um projecto de reabilitação de uma casa que nos foi oferecida para alojamento dos caçadores que cheguem no dia anterior da caçada e que queiram pernoitar por cá. É um projecto que está em andamento e que eu espero que possa ganhar contornos definitivos a partir de Janeiro/Fevereiro de 2008. ☼

Junta de Freguesia de Benquerença
António Luís Soares, 32 anos



“Conservamos um sentimento muito bairrista”

Natural da freguesia de Benquerença, encontra-se a concluir a licenciatura em Gestão Financeira na Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova. É colaborador da Caixa de Crédito Agrícola da Beira Baixa Sul, na delegação de Penamacor.

Como foi enfrentar os destinos da freguesia tão jovem?

Já lá vão 10 anos quando eu e outros jovens da freguesia entendemos que podíamos dar um contributo em prol do progresso e desenvolvimento da nossa terra. Elaborámos uma lista em oposição à Junta de Freguesia que existia e a população acreditou em nós. É o terceiro mandato que estou a exercer. Não tem sido difícil. A boa-vontade, o interesse exclusivo pela terra e suas gentes são fundamentais para tudo dar certo. Além disso, quando se é novo tem-se outras ideias e consegue dar-se uma envolvimento e motivação muito maiores para a defesa dos interesses da freguesia.

Situação geral da freguesia?

A freguesia tem cerca de 700 habitantes, e uma população flutuante muito grande, nomeadamente de pessoas que residem nos grandes centros urbanos (Lisboa e periferias sobretudo) que nos visitam amiudadamente em fins-de-semana.

Felizmente, escola primária e infantário ainda existem. E temos muita juventude. Uns trabalham cá, outros trabalham na periferia de centros urbanos da Beira Interior, nomeadamente Covilhã e Fundão, mas preferem criar raízes habitacionais aqui. Todavia, Benquerença também tem vindo a perder população. Esta também é a nossa realidade. Mas, proporcionalmente, não tem perdido tanto quanto outras freguesias vizinhas. E acho que cada vez mais casais jovens vão abandonar as cidades e regressar à sua freguesia. Acho que se deve à auto-estima e ego elevados para com a freguesia e para com as suas raízes. É um sentimento muito bairrista que ainda conservamos.

Qual a actividade económica principal?

A construção civil é o maior empregador na freguesia. O investimento habitacional que existe neste momento na freguesia é proveniente da população flutuante, que não está cá, mas que vem frequentemente porque gosta da terra e tem cá as suas raízes e a sua família. De facto, nós somos a freguesia com maior índice de construção no concelho de Penamacor.

Depois temos um comércio tradicional desenvolvido. As pessoas das freguesias vizinhas visitam-nos para fazer compras. Eu costumo dizer que as pessoas de Benquerença compram em Benquerença, não vão comprar fora aos hipermercados. Pode dizer-se que esta freguesia é economicamente dinâmica.

Obra física e equipamentos da freguesia?

No que se refere a aspectos sociais, Benquerença tem um Centro de Dia com apoio

domiciliário. Neste momento, tem cerca de 60 utentes e emprega perto de uma dúzia de pessoas. Dispomos também de um posto dos CTT e temos parcerias estabelecidas com a Associação Desportiva e Cultural, onde funciona um Espaço Internet inteiramente gratuito para a freguesia. Temos extensão de saúde, cujas novas instalações estão em fase de conclusão.

Outra obra que posso também considerar emblemática foi a instalação de água e saneamento básico na nossa anexa Quintas do Anascer, o que trouxe um enorme aumento da qualidade de vida da população.

As questões básicas sociais estão resolvidas. Não somos daquelas freguesias a quem cortaram os pés.

Há alguma obra que considere essencial para a freguesia e que a mesma ainda careça?

A primeira é o levantamento de toda a calçada principal da freguesia, envolvendo a substituição de redes de água, saneamento, águas pluviais, parte eléctrica, parte telefónica, diversos arranjos urbanísticos e a reposição de toda a calçada. Esperamos que em 2008 consigamos levar o projecto para o terreno. A segunda obra assenta no desenvolvimento de um projecto turístico pensado para a vertente de campismo e caravanismo. O projecto já existe, em parceria com o município de Penamacor, e esperamos que possa ser a curto prazo uma grande mais-valia para a freguesia.

Sinceramente, gostava de ver o turismo mexer com a expansão da nossa freguesia. E que esta se tornasse uma rota de passagem do caravanismo nacional e internacional. ☘

Junta de Freguesia de Benquerenças
Pedro Patrício, 32 anos

“Benquerenças poderia ser o dormitório da classe média-alta de Castelo Branco”



Natural de Lisboa, veio residir para a freguesia de Benquerenças com seis anos de idade, onde os pais têm uma empresa familiar. Muito cedo se iniciou na vida pública. De 2001 até Agosto de 2007 assumiu a presidência da Associação do Vitória Clube de Benquerenças, onde actualmente é presidente da mesa da Assembleia-Geral. No mandato anterior, tinha já integrado a Assembleia de Freguesia; este mandato assumiu o comando da Junta. Desde Janeiro detém também a presidência do Centro de Dia. Casado, ainda sem filhos, é Técnico Oficial de Contas, colaborando com alguns Municípios do norte do distrito de Castelo Branco e de todo o distrito da Guarda na implementação do Plano de Contabilidade das Autarquias Locais.

Qual o panorama geral da freguesia?

A freguesia tem duas anexas: os Maxiais e a Azinheira, esta última desabitada há mais de 10 anos. A população da freguesia, nos últimos censos, apontava para os mil habitantes, não se registando uma grande diminuição, porque até há dois anos atrás arrancaram novas construções de moradias na freguesia. O grande problema das Benquerenças foi que a aldeia cresceu de uma forma desordenada. Foram feitas várias habitações dispersas, arrastando grandes problemas de ordenamento do território. Encontrando-se às portas de Castelo Branco, devia ter um outro tipo de atenção, porque Benquerenças poderia ser o dormitório da classe média-alta da cidade. Há quem prefira ter um cantinho isolado, ter uma pequena quinta, três ou quatro mil metros quadrados, com privacidade. Benquerenças devia ser tratada nesse sentido. Além disso, não é muito fácil ocupar as habitações que estão

degradadas no miolo da aldeia, a não ser que se aposte numa política de habitação social e aí sim recuperam-se os edifícios e realoam-se pessoas. Se calhar, em vez de se estarem a fazer bairros sociais em Castelo Branco, podiam-se fazer esses bairros nestas aldeias mais próximas da cidade: Cebolais, Retaxo, Benquerenças, Taberna Seca, Cafede...

A actividade económica só se pode desenvolver aqui de duas formas: Uma é através da exploração de madeira. Fazer reflorestação de forma a rentabilizar os investimentos através da floresta. A outra é a vertente turística. Tem de se fazer um esforço muito grande em reestruturar, requalificar, preservar e divulgar o património existente no concelho de Castelo Branco. E esta tem sido uma batalha minha desde que entrei para a Junta: a de tentar que se desenvolva uma economia tradicional, sustentável e de forma não isolada, integrando as freguesias aqui mais próximas, nomeadamente na zona do Ocreza e da Liria.

Queremos apostar em projectos sempre voltados para o turismo rural com a recuperação de casas, nomeadamente nos povoados desabitados da freguesia, Azinheira e Monte de Baixo, para alojamento de turistas. E isso também poderia criar aqui meia dúzia de postos de trabalho.

Que infra-estruturas fazem falta a Benquerenças?

Há uma infra-estrutura que faz falta, e não é só em Benquerenças, que é um lar. Todavia, não irei pedir esforço financeiro à Câmara, pois haverá outras formas de financiamento, que poderão passar por acordos entre associações que permitam nas freguesias contíguas desenvolver ambientes como os lares para albergar mais pessoas. Defendo um lar local, porque uma pessoa das Benquerenças que vá para Alcains, Cebolais ou Lardosa não tem o mesmo ambiente afectivo que encontra num meio familiar, onde aqueles que ainda conseguem expressar-se, têm um fim de vida mais alegre, permitindo também desbloquear o problema de algumas outras freguesias que começam a ter falta de vagas para os seus naturais. É um investimento muito grande, mas os números não têm necessariamente de assustar as pessoas, existindo apenas duas vias de financiamento viáveis: ou se consegue arranjar um parceiro, um investidor que vem para ganhar dinheiro, ou a população investe ela própria naquilo que será o futuro da terra. É um investimento que é feito hoje para ser recuperado a médio ou a longo prazo, mas que trará grandes benefícios, embora, para isso, as pessoas tenham de se unir e de acreditar neste projecto. ☘

Junta de Freguesia de Cafede
António Martins, 60 anos

**“Um dia que saia,
não quero de
maneira nenhuma
deixar dívidas
para os outros”**



Natural e residente da freguesia de Cafede, se concluir este mandato, cumpre, primeiro como tesoureiro, depois como presidente, 24 anos de Junta de Freguesia. Já é o terceiro mandato que exerce como líder dos destinos da pequena freguesia do concelho de Castelo Branco. “O presidente tem que jogar com aquilo que tem. A nossa equipa só faz obra onde tenha a certeza de poder contar com dinheiro suficiente, seja por apoio de alguma entidade, seja porque o tenhamos disponível na Junta. Não gastamos aquilo que não temos. Não quero de maneira nenhuma deixar dívidas para os outros um dia que saia daqui”, enfatiza.

Qual é a situação actual da freguesia?

Cafede conta com cerca de 200 habitantes, eleitores são perto de 280 pessoas. Agora fala-se que as freguesias que têm menos de mil eleitores serão agregadas a outras. É uma péssima ideia. Nós temos uma população muito envelhecida e com dificuldades de se deslocar a qualquer outra freguesia a que Cafede possa vir a ser agregada.

As crianças ainda existem, mas já há muitos anos que a escola primária fechou. Temos neste momento cerca de cinco crianças a frequentar o primeiro ciclo na Póvoa do Rio de Moinhos. Os jovens vão estudar para a escola secundária de Alcains.

Cafede tem um posto médico. É a Junta que paga a água, a luz e as limpezas e que vai abrir a porta. Temos um médico que vem uma vez por semana, todas as quartas-feiras.

Que outros problemas assolam Cafede?

Nós temos um terreno para construir um Centro de Dia, mas vai ser difícil concretizar-se a obra. De momento, estamos a ser assisti-

dos pela Póvoa do Rio de Moinhos que traz refeições ao domicílio a alguns idosos. Se o Centro de Dia não se tornar realidade, gostaríamos de avançar pelo menos com uma Casa de Convívio, onde as pessoas possam jogar às cartas ou ler um jornal. A Póvoa do Rio de Moinhos poderia continuar a fornecer a comida, desta feita para a Casa de Convívio. E os utentes poderiam reunir-se lá para tomar as suas refeições.

Esta freguesia tem potencial turístico?

Temos alguns pontos turísticos, embora não tenhamos muitos visitantes. Temos a capela da Nossa Senhora do Valverde, onde se realiza uma festa anual, e a capela de São Tiago – em Portugal só existem duas imagens deste santo: uma em Cafede e outra no Norte, não sei precisar bem a localidade. E temos alguns pontões, um deles até foi representado no nosso brasão. Depois temos umas sepulturas que se julgam pertencer ao tempo dos mouros espalhadas por uns terrenos. Era necessário que estes pontos de atracção

fossem divulgados, para que os turistas que vêm a passeio e que gostam de conhecer saberem onde é que estão situados na freguesia para os poderem visitar. O papel que a Junta pode ter assenta na colaboração com entidades e deve participar ela mesma na divulgação dos nossos cantinhos.

E ao longo da sua já vasta caminhada autárquica, quais as obras de que mais se orgulha?

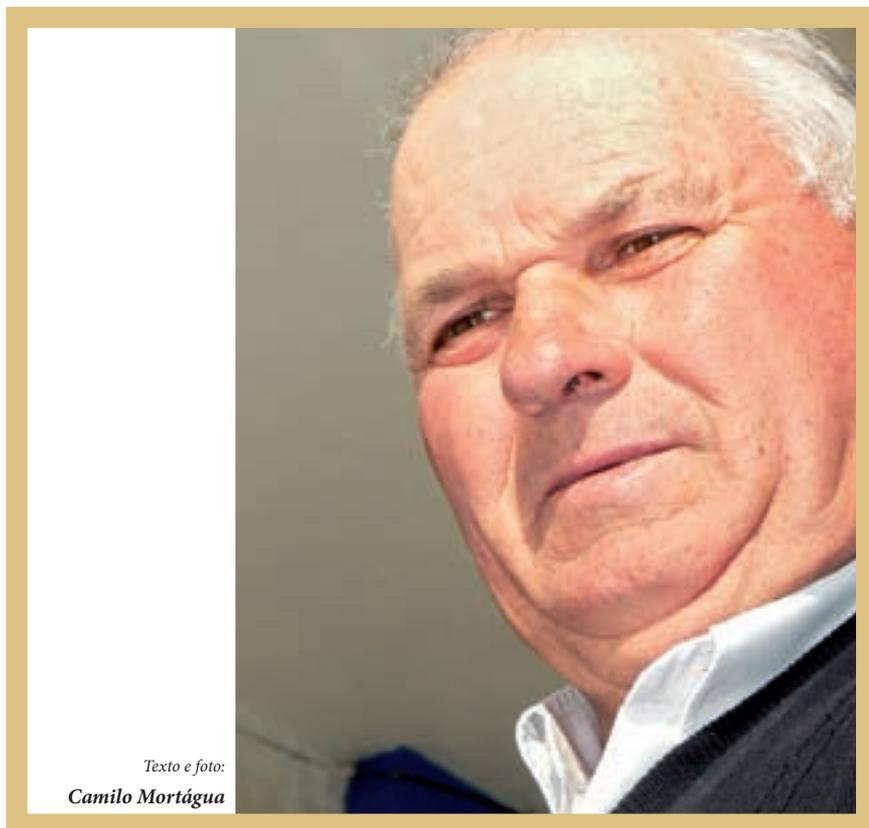
Fizemos a Casa Mortuária. Fizemos obras na sede da Junta. Ainda gastámos algum dinheiro, era um prédio antigo e teve de ser em grande parte restaurado. A Junta também levou a bom porto a construção de uma urbanização nova, com 19 talhões. Neste momento já se encontram todos vendidos. Vamos também criar um parque infantil. Na nova urbanização já existem algumas crianças, pelo que consideramos que faz todo o sentido um equipamento desta natureza. Construímos ainda um pavilhão multiusos que a Junta empresta para qualquer tipo de festas. Procedemos ao calçetamento de várias ruas. E dentro do possível, temos mantido os caminhos rurais estáveis.

Qual é o seu maior sonho enquanto presidente de Junta?

O meu maior sonho era criar outra urbanização maior da que foi feita e atrair para cá mais gente. A ideia era ter densidade populacional suficiente para sermos totalmente independentes, para que nenhuma outra freguesia nem ninguém de fora venha tomar conta dos destinos da nossa freguesia. ☼

Textos: **Filipa Minhós**

Fotos: **ADRACES**



Texto e foto:

Camilo Mortágua

Joaquim Augusto Romão Cabanas Carteiro de Meimoa Cidadão Escolhido

Homem feliz! Pelo menos, parece e transparece nele uma alegria contagiante. Optimista, sem dúvida.

Durante 32 anos calcorreou as ruas e veredas da sua muito amada terra e das terras vizinhas para entregar cartas, a dar boas e más notícias aos que por ali tinham ficado após a grande “debandada” dos anos difíceis.

“As crianças nas escolas, os maridos ausentes por esse mundo fora, as mulheres (porque na sua juventude lhes tinham vedado a instrução), na sua maioria não sabiam ler nem escrever, cá o carteiro é que lia as cartas, lia e, às vezes, também escrevia”.

Então lá tinha que fazer de marido!

Isso não senhor... sempre me respeitei muito a mim próprio e ao meu trabalho. Conhecia muitos dos segredos das pessoas... mas isso só me deu freimas e trabalhos, nunca retirei disso vantagens. É verdade que o conhecimento das vidas dos outros me punham alegre ou triste conforme as notícias fossem boas ou más, isso eu não podia evitar!

Sabe... ser carteiro durante tantos anos, depois de ter andado no Ultramar e muito brevemente por Terras de França, desen-

volveu em mim o gosto por ser útil aos outros, todos me esperavam, todos desejavam que eu lhes batesse à porta... e isso compensava-me da dureza do trabalho que tinha de ser feito por todo o tempo, quer fosse Verão ou Inverno.

E agora escolheram-no para Presidente da Junta.

Pois, se calhar pensaram que já ia ficando um pouco pesado e quiseram dar-me esta outra responsabilidade. Possivelmente foi para me poupar, mas olhe que os trabalhos e problemas a resolver não são menos... lá isso é que não.

Está-se a queixar?

Não senhor, já cá estou há oito anos e, se me quiserem, continuo disponível e com

força, graças a Deus, para continuar! Por Meimoa e as suas gentes nunca me há-de faltar a vontade de lutar.

Ao fim de oito anos ainda tem coisas para fazer?

Claro! Então não há? Gostava de acabar o Terreiro, converter as escolas que fecharam em residências de apoio à nossa oferta turística. Temos boa restauração, mas estamos mal de alojamentos e estou convencido que o turismo pode dar uma boa ajuda ao desenvolvimento da terra. Também falta acabar de restaurar as casas abandonadas que a junta vai comprando, de momento temos quatro casas em obras. É preciso valorizar a nossa oferta turística para que as pessoas que nos visitam possam voltar e trazer outras. Já temos uma boa obra que é o Museu Mário Bento. E a nossa agradável Zona de Lazer, um lugar aprazível de que muito nos orgulhamos e atrai muitos visitantes. Mas ainda há muito por fazer.

Para fazer isso tudo, fica na Junta até morrer?

Não senhor... eu tanto trabalho pela minha terra sendo Presidente da Junta como sendo simples cidadão. Sempre assim foi! O que me resta de vida, será dedicado ao progresso de Meimoa e a ajudar os meus conterrâneos... sabe, temos por cá muito boa gente!

Boa gente e bons ares?

Também, sim senhor. Bons ares e boa água... e muita! Olhe temos mais água no Verão do que no Inverno! É por isso que há para aí uma rapaziada a viver da agricultura e a governar a vida muito razoavelmente.

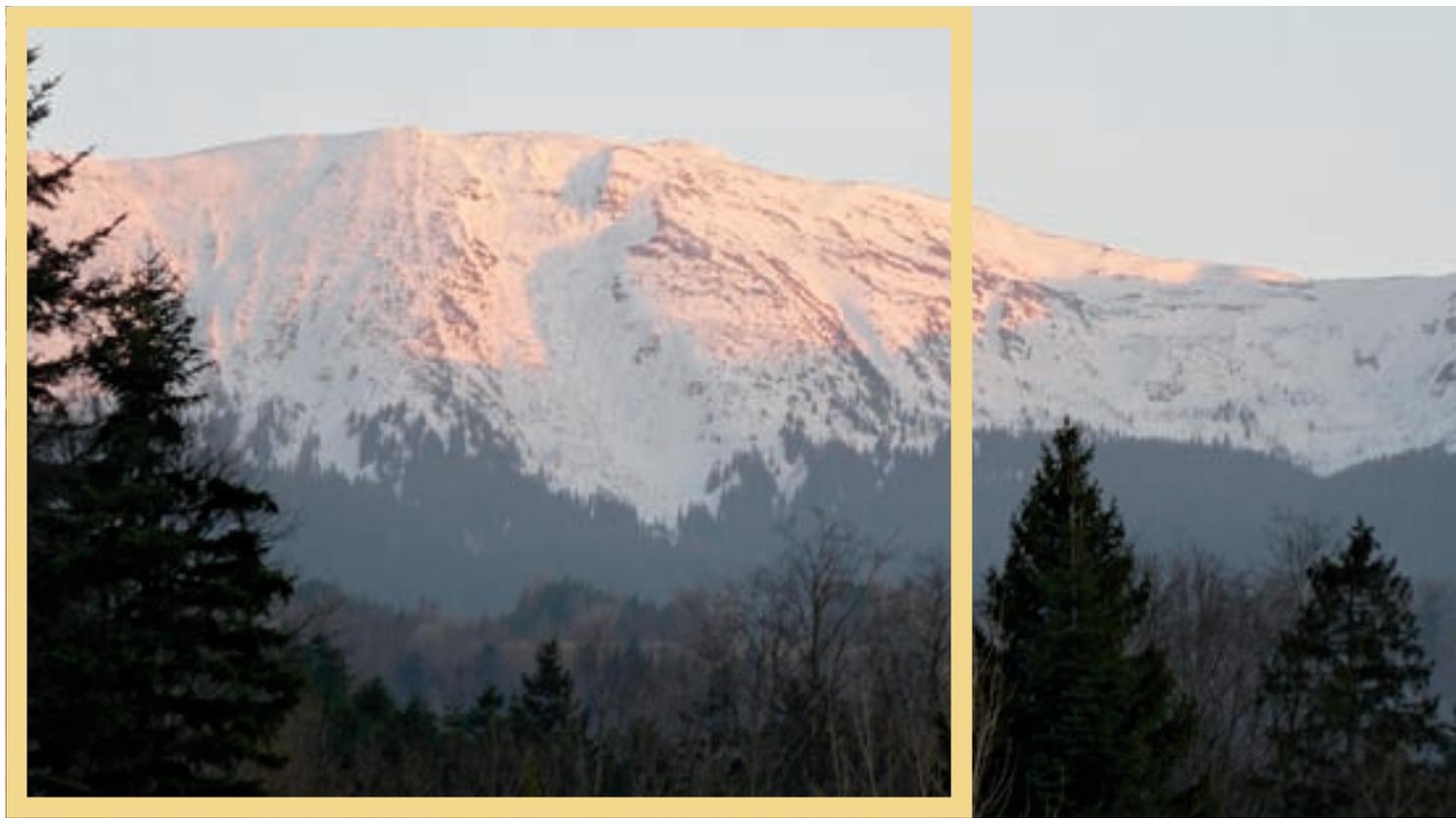
A Ribeira da Meimoa ainda é uma realidade?

É a menina dos nossos olhos, é nela que purificamos a alma e o corpo, limpinha que só visto. Passear por aqui é um prazer, temos percursos pedestres em fase de arranjo e sinalização, como a milenária “Vereda do Pau” com uma interessante história que em outra altura lhe contarei, e o sítio arqueológico do Vale da Canadinha que ainda está em exploração.

Graças à compreensão das nossas gentes, temos o emparcelamento quase terminado e isso é uma grande vantagem para que possa haver explorações agrícolas viáveis, ainda nos falta emparcelar 10% das terras, mas confio que os seus proprietários compreenderão rapidamente a utilidade do emparcelamento.

Afinal só me fala da terra, e a sua vida?

A minha vida vai bem, tenho saúde, a reforma que o “Patrão me deixou”, uma família que me trata bem... sou um homem rico... mesmo muito rico com a estima e a amizade de quem me conhece. ☘



ADRACES

O futuro da Política Agrícola Comum

A versão actual da PAC foi decidida em 2003 depois de longas negociações. Como todas as políticas comunitárias, a versão em vigor previa uma cláusula de revisão a meio do percurso a fim de permitir as adaptações necessárias, tendo em conta a evolução dos mercados agrícolas mas, também, os novos desafios que se fazem sentir quotidianamente (as expectativas dos consumidores, o aquecimento global do clima, etc.).

Na linguagem comunitária, este balanço sobre o estado de saúde da PAC foi realizado através de uma comunicação redigida pela Comissão em data de 20 de Novembro de 2007. Esta comunicação é o início de um longo processo de difíceis e alargadas negociações que se desenrolarão durante o primeiro semestre de 2008 sob a Presidência Eslovena. Durante a Primavera, todas as propostas recolhidas integrarão as diferentes opções da reforma orçamental para o após 2013. Depois destas consultas e das adaptações financeiras subsequentes, tudo deveria terminar lá para os fins de 2008 por um voto do Conselho dos Ministros da Agricultura, sob proposição da Comissão, durante a Presidência Francesa.

De acordo com o tratado de Lisboa recém aprovado, os deputados europeus terão a sua palavra a dizer sobre certos aspectos da PAC que passarão ao regime de “co-decisão” – (Conselho – parlamento).

Assim, certas recomendações decorrentes deste “balanço de saúde da PAC” poderiam entrar em aplicação desde 2009, prefigurando, sem dúvida, as tendências para depois de 2013.

RESUMO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES, A PARTIR DO “BALANÇO DE SAÚDE” APRESENTADO A 20 NOVEMBRO

A diversidade da Agricultura europeia e os grandes desafios a vencer

Se a necessidade duma Política Agrícola Comum (PAC) não tem discussão, tendo em consideração que uma renacionalização destas políticas traria certamente graves desigualdades entre os Estados, também é certo que será muito difícil aplicar um sistema único às especificidades regionais (montanhas e planícies) e às diferentes produções.

Como aceitar e ultrapassar desafios tais como as mudanças climáticas, os bio-carburantes, a gestão da água e a preservação da biodiversidade?

Devemos enfrentá-los através do “primeiro pilar”, intervindo sobre as ajudas directas (estímulos, penalizações), ou pelo “segundo pilar”, através de programas e medidas bem objectivadas?

As discussões serão “muito animadas”

As discussões serão “vivas” e difíceis. Sobre os objectivos da PAC, os 27 membros da U.E. não têm a mesma visão, nem a mesma agricultura e, sobretudo, não têm os mesmos interesses. Os países agrícolas do sul face aos países industriais do norte; os países “ricos” do oeste face aos novos países membros e, sobretudo, os países que dão muito para o orçamento face aos que recebem bastante, principalmente em matéria agrícola. Estas discussões terão consequências sobre as orientações da PAC para o após 2013; importa acompanhá-las, porque elas prefigurarão sem dúvida a tendência dominante.

As propostas da Comissão não se limitam a simples ajustes, ela quer limitar os apoios às produções e intervir através do “segundo pilar” sempre que a

situação o justifique. Por outro lado, ela deseja reforçar o “segundo pilar” de maneira a poder apoiar novos domínios tais como a biodiversidade e a água.

A introdução de níveis de ajuda mínimos e máximos

Embora as novas modalidades tenham tornado a repartição dos pagamentos mais visível que antigamente, muitas vezes se levantam de novo para pedir a limitação das ajudas às grandes explorações (grandes empresários agrícolas).

Por outro lado, parece que os beneficiários que recebem pequenas ajudas nem sempre são verdadeiros agricultores, e o valor dessas ajudas é muitas vezes inferior aos custos administrativos que a sua gestão ocasiona.

Portanto, no quadro do “balanço de saúde da PAC” sugere-se introduzir uma certa limitação nos pagamentos de ajuda, tanto aos maiores como aos mais pequenos.

Para os pagamentos aos mais importantes, a Comissão sugere o sistema seguinte:

- Redução de 10% para pagamentos superiores a 100.000 euros
- Redução de 25% para pagamentos superiores a 200.000 euros
- Redução de 45% para pagamentos a partir de 300.000 euros

No que diz respeito aos montantes das pequenas ajudas, a comissão sugere aumentar o tecto de 0,3 actual, para 1 hectare.

Este projecto suscita vivas reacções em Inglaterra e na Alemanha, dado que os maiores beneficiários se situam nestes países, sobretudo em relação à dimensão das explorações na Alemanha dado que são, em muitos casos, antigas unidades estatais de produção da Alemanha do Leste, com muitos trabalhadores. No caso da Inglaterra, os afectados são principalmente a família real.



ADRACES

A biodiversidade

Os Estados membros comprometeram-se a acabar com a perda de biodiversidade até 2010, mas é muito pouco provável que este objectivo seja alcançado. A agricultura tem um importante papel a desempenhar na protecção da biodiversidade. Existem numerosas possibilidades de ultrapassar os desafios existentes:

- Reforçar as medidas de desenvolvimento rural existentes.
- Reforçar os condicionalismos.
- Intensificar a investigação e a inovação e encorajar medidas de desenvolvimento rural direccionadas à conservação da biodiversidade.

Modulação obrigatória

O orçamento da PAC até 2013 está fixado. Assim, o reforço dos meios consagrados ao desenvolvimento rural só se poderá fazer através do co-financiamento, aumentando a modulação obrigatória.

Com este fim, seria possível, para os exercícios de 2010 a 2013, aumentar, cada ano, 2% a modulação obrigatória, elevando-a dos 5% actuais até 13% em 2010.

Sobre este ponto há uma certa convergência, mas por razões muito diversas.

Rede NATURA 2000

A Comissão estendeu consideravelmente a Rede NATURA 2000, juntando-lhe 4.255 novos sítios que representam uma superfície total de 90.000 km².

Para mais informação: <http://ec.europa.eu/environment/nature/index.en.htm>. ☼

Com o “Tratado de Lisboa” aprovado pelos chefes de Estado e de Governo da Europa, falta agora a sua ratificação. A escolha de certos países pode revelar-se capital para o futuro do texto. Para evitar desagradáveis surpresas, a maioria dos estados já se pronunciou em favor da ratificação por via parlamentar. As ratificações por via parlamentar nunca puseram problemas. Nunca nenhum parlamento recusou um tratado na História da União.

Apesar disso, subsistem dúvidas sobre a atitude de uma boa parte dos Estados Membros.

A Irlanda, único país obrigado constitucionalmente a submeter os tratados a referendo, terá certamente quem a acompanhe nesse procedimento: Uma coisa é a vontade maioritariamente expressa pelos Governos europeus, outra coisa bem diferente são as manifestações das respectivas populações nacionais no sentido da exigência do processo referendário. Por enquanto, a grande maioria dos países “aguarda para ver” – tal parece ser o caso do nosso Governo.

C.M.



FISHEYE

Carta de Paris

Em 1881, o então ministro Jules Ferry fez votar uma lei que tornava a instrução pública obrigatória até aos quatorze anos. Foi a primeira vez que isso aconteceu na história da humanidade, e a polícia ia pôr na escola quem faltasse às aulas. Cada município foi obrigado a construir uma escola com duas salas (pelo menos – uma para rapazes e outra para raparigas). Na escola, ensinava-se às crianças leitura, escrita, cálculo e ciências naturais, mas também civismo e amor pela pátria. Significa que, desde o início, a escola tentou também educar e não só instruir. Os franceses tornaram-se no primeiro povo completamente alfabetizado. Em Portugal, só por volta de 1948 é que passou a ser obrigatória a quarta classe para os rapazes e a terceira para as raparigas, mas, como a polícia não ia buscar ninguém a casa, no 25 de Abril de 1974 ainda havia mais de 30 por cento de pessoas analfabetas. Talvez isto explique um pouco as diferenças que há entre a França e Portugal, tanto no desenvolvimento económico como na participação social e política. Em 1968, ano da célebre greve de Maio, os estudantes que havia nas universidades francesas eram 400.000; agora, em 2007, há 2.000.000 de estudantes nas universidades de França, isto é, cinco vezes mais. Na década de 60, o crescimento anual da economia em França, andava perto de 10 por cento, agora anda nos dois por cento. Claro que naquele tempo os 400.000 estudantes universitários não chegavam para as vagas que havia. Agora, se 1.500.000 tiverem emprego, ainda ficam 500.000 desempregados. Por outro lado, agora há muito mais pessoas com estudos superiores que não são filhos de famílias ricas ou com conhecimentos nos meios onde se podem arranjar empregos. Isso também dificulta encontrar emprego quando se acaba o curso.

O anterior governo conseguiu, embora com muitos problemas de greves e manifestações, reformar o ensino primário e secundário. Vamos a ver se os resultados correspondem ao que é desejado. Este

governo está a tentar reformar as universidades, mas as dificuldades têm sido ainda maiores. Por enquanto a contestação tem sido grande por parte das organizações de estudantes e muitas universidades têm estado fechadas. Se a reforma for avante, também vai ser preciso esperar pelos resultados.

Porque a principal dificuldade está no crescimento da economia. Não é possível um crescimento económico contínuo e, por isso, sempre que há estagnação os problemas agudizam-se.

Mas como todos os governos querem ver resultados imediatos e, na educação, nunca é possível ver resultados a curto prazo, creio que a mentalidade de quem governa também terá que mudar. As constantes mudanças criam mais desorientação. É preciso um pouco mais de paciência para que as reformas (mesmo que feitas por outros) dêem resultados.

As escolas são sempre o reflexo da sociedade. A sociedade é tanto mais equilibrada quanto maior for o equilíbrio entre os que defendem os valores da competição e os que defendem os valores da colaboração/solidariedade. Enquanto a mentalidade geral for, como até agora, ter mais e não ser melhor, as pessoas estudam para terem mais e não para serem melhores. Mas, enquanto a bondade é infinita (isto é, podemos sempre ser melhores), os bens materiais são finitos, não se pode sempre ter mais. Por isso, a contradição nas escolas será sempre a mesma da sociedade: ou estudamos para sermos melhores, para sabermos mais, para sermos mais úteis; ou estudamos para termos mais – e isso nem sempre é possível, ou só é possível para alguns. Enquanto houver esta contradição, os problemas das escolas não acabarão. ☼

Pensar o futuro hoje é o desafio que se coloca a todas as pessoas que já perceberam ter terminado o tempo em que a organização sócio-económica e política garantia a previsibilidade das formas de sobrevivência. A globalização económica, comercial e informativa, viabilizada pela informatização dos meios de comunicação e pela sofisticação tecnológica dos meios de produção, provocou – como era previsível que provocasse, apesar da demagógica negação que os actores partidários dominantes desenvolveram ao longo das duas últimas décadas – alterações na organização política que conduziram agora ao reconhecimento comunitário da institucionalização do federalismo. Há cerca de 18 anos, especialistas na matéria, mesmo em Portugal, previam que o Direito Institucional Comunitário viesse a fazê-lo, quando o Direito Económico Comunitário tivesse criado as condições para o efeito. O Tratado de Lisboa celebra este momento: reconhece a sua existência nos termos do respectivo texto e reflecte, implicitamente, que o Direito Económico Comunitário permite,

estrutural que vai caracterizar os próximos anos – senão décadas.

Pela gravidade que todos estes processos sociais significam, na prática, para a vida das pessoas e das populações, é urgente, por isso, perspectivar a regionalização como um reduto de sobrevivência designadamente dos residentes no interior do país... mas, dada a complexidade burocrática com que a mudança em Portugal sempre perverte os seus potenciais benéficos, seria útil que os cidadãos exigissem a cada partido político, em cada região, a exposição clara dos planos de emprego, investimento, orçamento e consenso que estão dispostos a levar a cabo no âmbito da execução – por ora ainda só hipotética – do processo de regionalização... e que tivessem coragem e honestidade para

Ana Paula Fitas

Doutora em Ciências Sociais - Estudos Portugueses

- Cultura Portuguesa do Século XX

União Europeia e Desenvolvimento **Do Tratado de Lisboa à Regionalização**



justifica e legitima os passos decisivos para a institucionalização do federalismo europeu, ao nível do próprio Direito Institucional Comunitário.

Por esta razão, urge pensar – ou melhor, repensar – questões que dizem respeito à vida efectiva dos cidadãos e não propriamente à esfera política, cada vez mais afastada da vida real e da sociedade... porque só a um nível de intervenção de escala micro, isto é, local e regional podemos, nós, os cidadãos, ter uma palavra a dizer sobre o futuro... o mesmo é dizer que é no desenvolvimento local e regional que nos podemos utilmente empenhar para o envolvimento na promoção da qualidade de vida e para a dignificação da identidade e sobrevivência das terras do interior português.

Recentemente, em vários locais e instâncias do nosso país, foi retomado o tema da regionalização que pode, efectivamente, ser um instrumento capaz de contornar ou atenuar os efeitos de uma globalização tendencial e progressivamente federativa, cada vez mais anónima, abstracta, impessoal e – porque não dizê-lo se assim se diria há uns anos atrás? – desumana... desumana sim, por não atender aos problemas concretos de cada indivíduo, de cada grupo e de cada porção de território... veja-se o desemprego e a aproximação galopante de um modelo organizacional económico, designado por flexisegurança que todos pressentimos na instabilidade e insegurança das nossas vidas e que ainda não interiorizámos como uma realidade

submeter os diferentes projectos partidários a referendo... o facto implicaria uma divulgação, discussão, análise e debate público alargado e participado de todas as forças políticas com as populações, mas garantiria que a opção colectiva pela regionalização seria uma escolha consciente, objectivada e consistente e não uma mera deriva demagógica, de carácter gratuito “para se pensar depois”. Porque a regionalização só nos servirá se o seu planeamento se reflectir efectivamente, no curto e no médio prazo, na mudança económica e social indispensáveis à promoção do desenvolvimento. A Regionalização pode salvar o futuro... Cabe-nos exigir a transparência da sua aplicação e a garantia dos seus resultados... Cabe-nos exigir o direito a saber o que querem com ela fazer os protagonistas políticos, para podermos avaliar se corresponde ao que reconhecemos como útil e adequado para dar resposta a curto, médio e longo prazo às necessidades regionais... A Regionalização pode ser o que nos resta... um reduto de esperança. Saibamos lutar pelos nossos direitos! Pela nossa terra! Pela nossa vida! ✨

A Educação e o Ensino Escolar no Desenvolvimento Local da BIS



A educação, base e suporte permanente da evolução da Humanidade, está, pela sua natureza, no âmago de todas as relações e comunicações entre os seres humanos. Tema fulcral e incontornável na construção das sociedades contemporâneas, é naturalmente objecto das mais variadas análises e concepções, segundo a condição cultural, social e económica, de quem analisa e observa, e segundo a sua escala de responsabilidades. A gestão da carreira individual de um Professor, a gestão de uma escola básica, dum agrupamento de escolas, duma zona educativa, ou da educação e das escolas a nível nacional são questões que colocam problemas muito diferentes e induzem, em quem tem de os resolver, sentimentos e apreciações igualmente bem diferenciadas. Ao abordar este “Grande Tema” quisemos ouvir, desde a educadora de infância até ao Senhor Secretário de Estado da Educação, passando por professores, investigadores e responsáveis pela gestão de agrupamentos escolares. É dessa diversidade que procuramos dar-vos conta nas páginas que se seguem. Abrimos com uma evocação do grande pedagogo António Sérgio e fechamos com as palavras dum outro grande educador o Secretário de Estado da Educação: Valter Lemos.

C.M.

António Sérgio de Sousa [03/09/1883 a 24/01/1969]

Um grande pedagogo, reconhecido,

*“ Educar uma
criança enviando-a à
actual escola (1915)
é como preparar
um automobilista
metendo-a no museu
dos coches reais.”*



Foi dos pensadores mais marcantes do Portugal contemporâneo. Um dos fundadores do movimento denominado Renascença Portuguesa, fundamentalmente voltado para as questões educacionais. Ao longo da sua vida, escreveu centenas de obras, de entre as quais destacamos: Educação Cívica (1915) e os oito volumes de ensaios escritos de 1920 a 1958.

Filho de um Almirante da Marinha Portuguesa a desempenhar, entre outras funções, as de Governador do antigo Congo Português, António Sérgio passou a sua meninice em África, radicando-se em Lisboa com a família, aos 10 anos. Nascido no antigo território de Damão a 3 de Setembro de 1883,

veio a falecer em Lisboa a 24 de Janeiro de 1969. Participou activamente nas polémicas fundamentais do seu tempo. Acreditou sempre na necessidade de fazer intervir, activa e dinamicamente, o espírito humano na relação com o mundo. Daí, o seu esforço de acção pedagógica, o seu racionalismo e o programa de reforma das mentalidades que propôs. Programa que, entre outras importantes inovações, passava pela luta por uma educação cívica que conduzisse a uma intervenção consciente e democrática dos cidadãos.

Foi oficial da Marinha até 1915, ano em que se demitiu. Foi defensor de uma filosofia com profundas implicações humanas e sociais. Daí, uma doutrina cooperativista a nível da economia; uma doutrina democrática a nível da organização política da sociedade; uma filosofia da educação e uma concepção da pedagogia que encara a criança e o jovem como seres activos e criadores; assim, em síntese, uma teoria da cultura e uma teoria da história que o deviam tornar, sem dúvida, num dos mais influentes artífices do pensamento democrático português da actualidade.

Ao decidir abordar: “A educação e o ensino escolar na sua relação com o desenvolvimento local da BIS” como Grande Tema do presente número, não podíamos deixar de revisitar o pensamento deste mestre maior da essência das práticas dos temas abordados.



FISHEYE

reverenciado... mas esquecido?

Na sequência dessa revisitação, aqui vos deixamos apenas (por imperativa falta de espaço) alguns extractos de um texto de António Sérgio, datado de 1915, editado pela Renascença Portuguesa, na colecção “Biblioteca da Educação”. Texto que, pela abrangência dos sujeitos tratados, pode estimular a ponderação sobre a real evolução da sociedade portuguesa durante estes últimos 85 anos.

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-PEDAGÓGICAS (ANTEPOSTAS A UM MANUAL DE INSTRUÇÃO AGRÍCOLA PARA A ESCOLA PRIMÁRIA)

Obs. Ortografia do original existente na Biblioteca Nacional.

(...)

“Vemo-nos afogados em um mar de doutores, e não temos talvez dez indivíduos capazes de construir as mais simples máquinas de agricultura e de indústria... A consequência deste estado de cultura intelectual, falsa, inexplicável e violenta, é que as muitas esperanças mentidas, as muitas ambições recalçadas, todos os anos arremessam para a arena dos bandos civis centenares de corações generosos, que insofridos ante um prospecto de miséria se arrojam às lides políticas, para perecerem ou prearem no cadáver defecado do património da república.

O certo é que a realidade pedagógica continuou sendo a do século XVIII no seu espírito e objectivo: fazer escribas, desembargadores e rimadores; e por falta de uma escola de trabalho (a única adequada às reformas de Mousinho) a nação atolou-se nos empréstimos e revolveu-se em lutas

políticas cuja mola fundamental era o assalto ao emprego público. Passos Manoel, um teórico sentimental e aéreo, confessava que «tinha o braço cansado de assinar demissões» depois que a revolta de Setembro o elevou à governação (1836), e uma testemunha fala-nos «dessas medonhas colunas de descamisados que, vindos em cardumes do Porto e de outras partes do reino, pejavam as escadas das secretarias e atulhavam as avenidas de todas as repartições públicas».

Demitir os inimigos e nomear os partidários: – eis para que se querem os tribunais. Em 1842 é a Carta restaurada (cartistas acima!) e em 1846 estala a revolução dos patuleias, de companhia com os de D. Miguel. Que havia de comum entre os republicanos patuleias e os seus aliados absolutistas? Havia que eram todos uma jolda de pedintes, atrás de José Passos e do Mac Donell: um e outro prometiam tudo – todos os lugares, todas as esmolas inimagináveis. Um escritor do partido confessa que, afora meia dúzia de «filósofos», ser patuleia era «querer expulsar dos empregos os cartistas e conquistar uma boa fortaleza no orçamento, ainda que fosse mister perturbar a ordem pública, derramar sangue português, acabar com o respeito da autoridade, e abalar a constituição e o trono». Por isso, o autor da Autópsia dos partidos políticos concluía em 47: «A luta em que se acha empenhada a nação portuguesa desde 1820 nem por isso deixa de ter, como causa próxima e eficiente, a ambição dos indivíduos de que se compõem os diferentes bandos que, com o falso título de partidos políticos, se disputam entre si a posse dos dinheiros



FISHEYE

públicos... As guerras civis em Portugal são evidentemente a guerra dos empregos públicos... Quanto aos fins de todas as facções, ainda que com mais ou menos arte se ostentem sempre outros, eles consistem no conseguimento dos empregos públicos para os facciosos». Hoje temos o sistema da separação dos funcionários...

Afora a cura radical de uma pedagogia do trabalho (uma pedagogia anti-burocrática, que combatesse o nosso carácter tradicional de comunários) – que calmaria momentânea se poderia dar a esta crise, aberta pela separação do Brasil e pelas reformas de Mousinho? A que recebeu em 51 quando a «Regeneração», mentido ao programa de Herculano, veio contentar a fome geral com a chuva de ouro dos seus empréstimos, fazendo calar todas as bocas nos úberes tímidos das Obras Públicas...

Esses empréstimos da «Regeneração» foram as novas minas do Brasil, a mais recente consolidação da educação comunitária. «No sistema

de governo implantado em 1857 em Portugal (cito agora Oliveira Martins) encontrámos um novo pacto a explorar. Transaccionou-se com todos os vícios históricos da sociedade, dando ao comunismo burocrático uma expansão tal que, satisfazendo a todos, atrofiasse as sementes de futuras revoluções. Às engrenagens administrativas de que o Estado já dispunha, juntou-se a legião nova dos beneficiados das obras públicas; muitos milhares de funcionários, mais ou menos opiparamente prebendados; muitas centenas de concessionários enriquecidos...». É que se estava no período de máxima expansão do capitalismo no século XIX: «Portugal pareceu por largos anos um bom país a explorar, e as bolsas europeias, passando a esponja do esquecimento sobre as bancarrotas passadas, abriram os seus cofres. Outras minas se tinham arranjado, outro Brasil surgiu. E talvez ainda tivesse produzido mais que o americano! Porque, em 40 anos, o tesouro português conseguiu

obter por empréstimos uma soma aproximada de 90 milhões esterlinos efectivos, em bom ouro». Era o mesmo processo de outros tempos: «uma sociedade vivendo de recursos estranhos ou anormais e não do fruto do seu trabalho e economia. Porque enquanto o cenário do fomento dava a Portugal a aparência de um país rico, o facto é que a balança económica, principalmente expressa pelos algarismos do comércio externo, acusava um deficit sempre crescente e de alcance inverosímil quasi. Como se sustentava, pois, o castelo português? De um modo simples: 1º, suprimindo a escassez do trabalho interno pelos subsídios oficiais, salariando a ociosidade e pagando-a com o produto dos empréstimos; 2º, saldando anualmente a conta económica da nação com a exportação de gado humano, exportação que não trazia a Portugal, em média, menos de três milhões esterlinos ao ano, senão mais... Outrora vinham quintos do Brasil para o tesouro, hoje vêm saques para



FISHEYE

particulares. Esses saques breve se convertem em inscrições, é verdade; mas o processo é mau, porque assim o tesouro tem dívidas em vez de rendas; e se por fim, quando o ponto final vier, o resultado tiver sido o mesmo, o ponto trará consigo a mais grave das crises; os lugares de aspirantes a condutores de estradas combatiam nos pretendentes os ardores oposicionistas: o ministério das Obras Públicas atabafava as revoluções. Todos tinham o que desejavam! Navegava-se em mar de rosas, e as escolas superiores continuavam fabricando bacharéis e poetas líricos, «almas penadas que vagam neste mundo à espera de um novo traçado de estrada para fazerem com o tesouro uma junção hipogástrica...» Não sei em que altura vamos hoje nesta viagem para o sorvedoiro; sei que acabaram os empréstimos e os

pronunciamentos voltaram; sei que já se exige à mão armada o aumento de soldo e o emprego público; sei que ainda não entraram no Orçamento todos os revolucionários duma revolta e já os revolucionários da seguinte se vão empurrando sofregamente... Este estadismo, ou costume de recorrer ao Estado para ele tratar da nossa vida, transformando-o em papá e alimentador de todos nós; este bacharelismo, ou educação pela palavra e pelo livro, que cultiva a memória e o palavrório, e não a iniciativa, o método, a perseverança, o domínio de nós mesmos e o dos instrumentos de trabalho; este burocratismo, ou fome universal do emprego público e correlativa incapacidade de ganhar a vida independente, que reduz os partidos a quadrilhas de assaltantes do Orçamento: estes três vícios nacionais são três aspectos do mesmo vício – o comunismo de Estado – desenvolvido por uma péssima educação de séculos resultante de uma corrupta orientação económica. Da sua análise deve partir o educador na nossa terra. E como poderia a escola primária combatê-los eficazmente? Por um lado, directamente, deslitterando-se, dando ao trabalho manual o lugar devido (que é o maior), e fazendo tender todos os esforços para a actividade produtora; e

por outro lado, pelo seu influxo na sociedade aldeã, orientando-a. Netos de «conquistadores» que só souberam manejar a espada, ensinemos que a espada por si só não conquista, porque não assimila; que só pode fazer do conquistador aquilo que somos nas nossas colónias (no maior delas, entende-se): funcionários em terras que outros exploram principalmente, e de que temos o senhorio... até nova ordem; ensinemos que os verdadeiros instrumentos de conquista são a charrua, o tear, o capital, e que um território só é nosso quando nele, muitíssimo mais que funcionários e soldados, há trabalhadores nacionais. A vitória não é dos que levam o diploma ou a tesura, mas dos que levam o trabalho, o método, a perseverança, a iniciativa... (...)» ❁

Camilo Mortágua

Respostas de António Sérgio a A. Campos Matos

«Caminhe-se para a liberdade
através da liberdade»
porque é em cada
indivíduo que a unidade
da consciência se manifesta

— O objectivo da escola consistiria no seu tender...?
— Em emancipar os indivíduos, servir o progresso social; e treinar inteligências, a fim de as tornar cada vez mais plásticas, universalistas e libertas de limitações, como exige a moderna democracia: é familiarizar a juventude com o manejo das realidades, preparando no estudante um produtor moderno, cooperador em planos de acção comum – entendendo-se por isto, quer o produtor no domínio económico quer o criador na ciência e na arte; o objectivo do ensino, em resumo, é fomentar a capacidade de um desenvolvimento contínuo, de uma racionalização infinda da experiência, preparando os Portugueses para uma vida mais humana mais progressiva, mais fecunda, dentro de uma forma social mais justa.

(...)

Educar uma criança enviando-a à actual escola é como preparar um automobilista metendo-a no museu dos coches reais. (...) O primeiro passo do educador deveria ser determinar, tanto quanto possível, o que exige de nós concretamente a sociedade contemporânea, para sua maior felicidade, justiça e harmonia, e como o trabalho educativo poderia satisfazer tais exigências, de maneira que na escola se reproduzissem, num nível alto, os problemas da sociedade. Seguir-se-ia a este exame uma reforma do espírito escolar, segundo as concretas necessidades do desenvolvimento social. ✿

Vencimentos 2007 Docentes da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário

Anexo 11 à Portaria nº 1046/2004, de 19 de Setembro

HABILITAÇÃO ACADÉMICA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	ÍNDICE	VENCIMENTO MENSAL
Não Licenciado	Não profissionalizado	89	770,34
Não Licenciado	Profissionalizado	112	969,42
Licenciado	Não profissionalizado	126	1 090,59
Licenciado	Profissionalizado	151	1 306,98

Índice 100 = € 865,55 (anexo I à Circular Série A, na 1331 de 18 de Janeiro de 2007, DGO)
Subsídio de Refeição: € 4,03

Art. 10º do CAP. 11 do Decreto-Lei nº 15/2007, de 19 de Janeiro
Anexo I ao Decreto-Lei nº 312/99, de 10 de Agosto

ESCALÃO	ÍNDICE	VENCIMENTO MENSAL
1º	112	969,42
2º	125	1081,94
3º	151	1 306,98
4º	167	1 445,47
5º	188	1 627,23
6º	205	1 774,38
7º - 1	218	1 886,90
7º - 2	223	1930,18
7º - 3	235	2 034,04
8º	245	2120,60
9º	299	2587,99
10º	340	2 942,87
Pré-carreira		
Licenciados	136	1177,15
Bacharéis	99	856,89
Período Probatório		
Licenciado	126	1 090,59
Bacharéis	89	770,34
Prof. Profission. Q.Z.P.		
Licenciados	151	1 306,98
Bacharéis	112	969,42

Anexo 11 e 111 ao Decreto-Lei nº 312/99, de 10 de Agosto

ÍNDICE	VENCIMENTO MENSAL
83	718,41
87	753,03
93	804,96
95	822,27
99	856,89
103	891,52
106	917,48
107	926,14
109	943,45
111	960,76
113	978,07
112	969,42
120	1 038,66
126	1 090,59
131	1 133,87
136	1 177,15
141	1 220,43
145 a)	1 255,05
151	1 306,98
156	1 350,26

a) DL 66/2000 e DL109/2002



Educação e meios rurais

FISHEYE



Vergílio A. Pinto de Andrade

Vice-presidente do Conselho
de Avaliação da Associação
dos Institutos Politécnicos Portugueses

1. A agricultura empregou, durante longas décadas, a maioria da população activa do país. Em 1950, o número de activos na agricultura rondava os 50% e, em algumas regiões, atingia valores mais elevados. No concelho de Castelo Branco atingia os 61,4% (Andrade, 1962). Os trabalhadores por conta de outrem eram a grande maioria. Em 1970, em Castelo Branco, representavam 65,6%, mas subiam para 86% em Portalegre e atingiam os 87,3% em Évora (Lourenço, 1974). A taxa de analfabetismo era elevada, os salários baixos, o trabalho incerto, os apoios sociais escassos ou nulos e o nível de vida baixo.

Não admira que esta mão-de-obra tivesse sido aproveitada para o sector industrial e para os serviços mais diversos, nas grandes cidades do litoral.

A partida, nomeadamente dos mais jovens, para as cidades ou para o estrangeiro, acarretou uma continuada desertificação e um progressivo envelhecimento do meio rural, acarretando a sua desestruturação.

Não é de estranhar que, no final de 2007, a percentagem de activos ligados à agricultura, tenha descido para 11,7%. (INE 2007). Segundo Barreto et al. (2007), «... para cima de 1.630.000 foram os que abandonaram as explorações agrícolas desde 1968».

2. É hoje ponto aceite por todos que a educação é um factor decisivo na produção, na inovação e no empreendedorismo. O sector agrícola não constitui excepção.

É interessante constatar como, em países tão diferentes, muitos dos problemas do meio rural são idênticos.

No Brasil, o economista Ney (2006) estudou as actividades dos três sectores de actividade e constatou que, no conjunto, a educação, mais do que o capital físico, é o principal gerador das desigualdades de rendimento no meio rural. Entende, por isso, que só um investimento maciço na educação pode alterar a situação.

Este economista chama, ainda, a atenção para um aspecto altamente relevante, lá como cá: a baixíssima escolaridade da população mais pobre restringe a sua capacidade de defender os seus direitos e de participar de forma mais activa na vida social e política do país, o que poderia gerar mudanças institucionais importantes a favor da equidade. Os filhos das famílias mais pobres, constatou, dificilmente conseguem chegar aos níveis mais altos do ensino.



FISHEYE

Em Portugal, o professor Oliveira (2005), na sua tese de doutoramento, parte do pressuposto de que a educação pode contribuir para o desenvolvimento dos meios rurais.

Este pressuposto, afirma, não pode no entanto levar a mais educação na perspectiva de ter um maior desenvolvimento, mas sim na perspectiva de ser necessária mais educação tendo em vista maior desenvolvimento individual e colectivo, uma maior capacidade de exercer a cidadania e também um maior desenvolvimento económico.

A diminuição do número de crianças no meio rural deu origem a escolas com reduzido número de alunos. Em Portugal, França, Espanha e Inglaterra, embora com nuances próprias dos sistemas de ensino nacionais, seguiram estratégias idênticas para resolver o problema da baixa frequência de alunos nas escolas das aldeias. Como refere Oliveira (2005), «estas estratégias, tributárias de uma lógica gestionária e economicista, traduzem-se pelo encerramento progressivo das pequenas escolas rurais e pela concentração de crianças em espaços escolares de maior dimensão».

Parte-se do princípio de que a promoção do sucesso só será conseguida pela quantidade e pela segmentação.

É certo que a criação desses centros possibilita uma melhor socialização das crianças, permite o acesso a melhores meios e condições de aprendizagem, favorece as aprendizagens equilibradas e aprofundadas.

Não podemos esquecer, no entanto, que esta educação privilegia a «educação urbana», em prejuízo da «educação rural».

O desenvolvimento da Escola devia ter em conta os saberes e idiosincrasias culturais das populações rurais e transformar os actores locais – crianças, famílias, autarcas, associações – e os actores externos – professores e educadores – em agentes de desenvolvimento local, que viabilizasse a emergência de acções colectivas portadoras de futuro; essa, sim, deveria ser a Escola pretendida.

Perante a constante e acelerada desertificação das zonas rurais, perante as dificuldades das famílias em mandarem estudar os filhos, perante o envelhecimento acentuado das populações rurais, poderemos perguntar como foi possível deixar que se chegasse a esta situação?

3. Não podemos deixar de ter em conta que, para procurar responder de forma racional às necessidades crescentes de um mundo globalizado, em constante mutação e utilizando recursos tecnológicos cada vez mais sofisticados, torna-se necessário que os meios, humanos e materiais, postos ao serviço da educação possam responder a esses desafios; a existência de escolas com um reduzido número de alunos, ou mesmo sem alunos, cria problemas de dimensão e de custos difíceis de ultrapassar.

A construção, ou utilização de escolas devidamente dimensionadas e equipadas, deu origem à elaboração de estudos, por todo o país, no sentido de serem elaboradas Cartas Educativas para todos os concelhos.

«Carta Educativa é o instrumento de planeamento e ordenamento dos edifícios e equipamentos educativos do Concelho que contempla, visando desenvolver o processo de agrupamento das escolas de forma a obter uma coerência satisfatória com a política urbana aí defendida» (Serrano et al.2007).

Não é fácil fazer um estudo desta dimensão tendo em conta tantos e tão diferentes parâmetros e perspectivar a evolução futura. No Concelho de Castelo Branco, dos residentes com actividade económica 2% são analfabetos, 58% possuem o ensino básico, 22% o secundário e 17,3% possuem cursos superiores. No ano lectivo de 2006/2007 frequentavam os 75 estabelecimentos de ensino existentes 9.578 alunos, assim distribuídos: Pré-escolar 14,3%; Ensino básico 22,7%; Ensino secundário 20,6%; Ensino profissional 10,6%.

Se tivermos em conta as distâncias a percorrer pelos alunos cujas escolas são encerradas, os meios de apoio necessários (cantina, zona de recreio, biblioteca, meios



FISHEYE

informáticos, material de apoio diverso, alojamento, actividades culturais e recreativas), teremos uma ideia do problema a que se vêm juntar a oposição das populações que vêm a sua escola encerrada e os meios escassos de que as autarquias dispõem.

Apesar das dificuldades afloradas, a verdade é que se encontram prontas as cartas educativas da maior parte dos concelhos, com a localização das escolas para onde se devem deslocar os alunos cujas escolas são extintas, bem como a indicação e contabilização de todos os meios necessários e as entidades responsáveis.

Ficaremos a aguardar pelos resultados, sempre com a preocupação de que as experiências em educação, se mal sucedidas, se vão repercutir nas gerações vindouras.

4. A instalação do ensino superior politécnico, em Castelo Branco, visava corrigir algumas das assimetrias regionais, nos domínios do acesso ao ensino superior, na formação e fixação de técnicos na região, na investigação de problemas regionais, no apoio às instituições públicas e privadas e na fixação de uma massa crítica de técnicos que pudesse dinamizar a investigação, apoiar a indústria e dinamizar cultural e desportivamente a sociedade em que se insere (Andrade e Refega (1979).

Passados que estão 27 anos da tomada de posse das duas primeiras Comissões Instaladoras, um longo caminho foi percorrido.

O Instituto Politécnico e as suas seis Escolas Superiores oferecem um amplo leque de formações; formaram milhares de técnicos superiores, desenvolvem investigação de mérito em variados campos de actividade, estão interessadamente envolvidos na colaboração com empresas, autarquias e

entidades diversas públicas e privadas e desenvolvem uma actividade notável a nível cultural.

Dentro da preocupação que o meio rural nos merecia, não é de estranhar que a primeira Escola a entrar em funcionamento fosse a Escola Superior Agrária.

Como refere a OCDE (1992), «O interesse é, a partir de agora, mais pela procura qualitativa de mão-de-obra e, por conseguinte, pelas qualidades dos trabalhadores, do que só pela expansão quantitativa». Uma instituição como o Instituto Politécnico de Castelo Branco, numa zona do interior, lutando contra a desertificação, o envelhecimento e a falta de esperança no futuro, não pode ser vista, apenas, como um «negócio» de números. É demasiadamente importante para a região, para ser «avaliada», apenas, como mais uma Instituição de ensino superior a que se impõem cada vez mais restrições, sem preocupações de maior.

5. Esperamos que o tempo perdido e os sacrifícios que as populações rurais tiveram de suportar, possam trazer alguns ensinamentos, que ajudem a evitar muitos dos erros cometidos. ☘

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, V.A.P.(1962) – *Estudo Monográfico do Concelho de Castelo Branco*, Escola Superior de Medicina Veterinária, Universidade Técnica de Lisboa;
- ANDRADE, V.A.P.; REFEÇA, A.A.G.(1979) – *Viabilidade de implantação de uma Escola Superior Técnica (Ramo Agrário) em Castelo Branco*, Direcção Geral do Ensino Superior, Ministério da Educação e Cultura;
- BARRETO, A. ; PONTES, J.; RIBEIRO, J.(2007) – *Portugal. Um retrato social*, 03 Mudar de Vida – O fim da sociedade rural, Público – Comunicação Social, S.A.;
- INE (1970) – *Estatísticas e indicadores regionais*, Série Estatísticas regionais nº. 1, Instituto Nacional de Estatística;
- INE (1985) – *Portugal 1935-1985*, Instituto Nacional de Estatística;
- INE (2007) – *Estatísticas do Emprego-3º*, Trimestre de 2007-12-15, Instituto Nacional de Estatística
- LOURENÇO, J.S. (1974) – *A estrutura da empresa agrícola portuguesa e a extensão rural*, 1º. Seminário Universitário de Évora. Extensão Rural, Instituto Universitário de Évora;
- OLIVEIRA, J.J.A.M (2005) – *A educação em meio rural como paleta para o desenvolvimento local, Contributo da Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico e do Jardim-de-infância*, Universidade do Minho;
- Ney, M.G. (2006) – *Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro*, Instituto de Economia da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas;
- SERRANO, J.; RAMOS, G.; AFONSO, P.; SILVEIRA, P. (2007) – *Carta Educativa do concelho de Castelo Branco*, CEDER, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Câmara Municipal de Castelo Branco.



ADRACES

Alunos da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico com Jardim-de-Infância de Malpica do Tejo

Excelência:

Longe de mim a ousadia de usar o seu ocupadíssimo tempo com leituras da minha lavra. Não, não é de minha autoria a carta que aqui lhe mando. A culpa é da minha Tia Matilde, mulher que se V. Excelência conhecesse, certamente compreenderia porque não pude resistir à sua exigência de lhe enviar a carta que de seguida se publica.

Beiroa cinquentona, expedita no falar e não só, um pouco azeda de feitio, desempregada de longa duração e, por isso, com tempo para magiciar em coisas que a maioria de nós nem pensa, asseguro-lhe que é muito arriscado, até fisicamente, negar-se a prestar-lhe auxílio nas suas “intervenções cívicas” como ela lhe chama. Conhecedora de que a nossa revista ia abordar o tema da educação, a inquieta da minha Tia deixou de aparecer pelo falatório matinal da padaria cá da Aldeia, deixando-nos a todos preocupados pela sua saúde. Afinal... só no passado sábado viemos a descobrir o motivo da sua ausência... tinha estado, segundo ela, em retiro introspectivo (assim definiu o período de ausência) para escrever uma carta a V. Exa. a propósito da Educação cá na Aldeia, porque (ainda segundo ela) – “a Sra. Ministra não pode saber o que por cá se passa, se ninguém a informar... e quem não sabe, é como quem não vê”. Por isso, confiou-me a sua carta – informação, responsabilizando-me publicamente perante as parceiras e parceiros cá da terra, pela sua divulgação.

Assim sendo, não tenho outra alternativa que a de apelar para a compreensão e espírito de tolerância de V. Exa., fazendo chegar ao seu conhecimento a missiva da minha temida e muito respeitada Tia. Bem-haja pela atenção dispensada.

Conceição Pedrosa

Carta aberta à Senhora Ministra da Educação

Senhora Ministra:

Eu, a Matilde Pedrosa, natural da Freguesia de Adufes, do Concelho de Idanha-a-Nova, Beira Interior Sul (BIS), ando muito preocupada com a minha falta de compreensão. Sim... porque isto só pode ser defeito meu... p’raqui encurralada (salvo seja) neste isolamento em que nos mantemos e nos mantêm aqui na Aldeia, não devo estar a ver e compreender bem o que por cá se passa. Por isso, solicito muito respetosamente a V. Exa. que faça um esforcinho para esclarecer as minhas grandes dúvidas... tá a ver?

- A Senhora é Ministra do Ensino Escolar ou também da Educação?
- O seu Ministério é o Ministério da Educação ou apenas do ensino escolar e das escolas?

Queira desculpar-me por estas perguntas, mas eu explico já a razão porque as faço: sabe Sra. Ministra... é que eu pensava, na minha ignorância, que a escola cá da Aldeia era uma “casa de educação” e afinal dizem-me agora que é apenas um “edifício para escolarizar crianças” e como agora há poucas crianças, vai daí, acaba-se com ela. É verdade... crianças há poucas, mas pessoas a precisar de educação, de todos os tipos de educação, ainda somos muitas!

E então... se precisamos de educação, isso não é um problema do Ministério da Educação, do seu Ministério Sra. Ministra?

Se não é da competência do seu Ministério, então é da competência de quem?

Não seria possível e útil, e mais barato, se necessário substituir o Professor / “formatador” de crianças – se só for isso – por um EDUCADOR cá das pessoas da nossa Aldeia, capaz de transformar o edifício escolar numa CASA de EDUCAÇÃO? Um “educador” que nos ajudasse a combater o pessimismo, a passividade crónica, o individualismo estéril em que vivemos... dando ao edifício da nossa escola toda a importância que já teve... e, quem sabe, até uma grande ajuda para ganhar o optimismo e a força necessárias para que aqui nasçam mais crianças.

Senhora Ministra:

Convido-a a vir passar férias na minha Aldeia, estou certa que passará então a compreender este meu apelo um pouco desesperado mas ainda esperançoso, faço votos para que o seu Ministério faça, sob a sua direcção, o avanço histórico de passar a ser efectivamente o Ministério da Educação de todos nós.

Sem mais, subscrevo-me de V. Ex.ª. atenta e respetosamente. ☘

Matilde Pedrosa

Adufes, Outubro de 2007



Arnaldo Brás

USALBI

Os mais velhos também se educam

Quando o desfiar dos dias se torna demasiado vagaroso, tingindo de branco o que já foram fartas cabeleiras, e o inimigo tempo (nos mais jovens, a falta dele) sobeja em mentes ainda activas e sequiosas de novos saberes e experiências, a solidão e a incompreensão costumam ganhar terreno no VIVER dos idosos da BIS. Arnaldo Brás, presidente da direcção da Amato Lusitano e vereador da Câmara Municipal, ambas parceiras no projecto de implementação de uma universidade sénior em Castelo Branco, explica o papel da USALBI em cultivar a máxima “mente sã em corpo sã” naqueles que atravessam a derradeira fase das suas vidas.

O que é a USALBI e quando surge em Castelo Branco?

As universidades séniores aparecem para, de uma maneira produtiva, as pessoas enriquecerem o seu “currículo”, ao mesmo tempo que ocupam o seu tempo de lazer em estruturas devidamente organizadas, com uma diversidade de áreas disciplinares. Os alunos podem fazer aquilo que durante a vida gostariam de ter feito e que por alguma razão não tiveram tempo para isso.

Em Castelo Branco, a USALBI surge por iniciativa do presidente da Câmara Municipal, Joaquim Morão, que, apercebendo-se da dimensão do número de idosos que havia nesta cidade e da apatência que tinham para desenvolver actividades de ocupação de tempos livres, e baseando-se em algumas experiências que já haviam sido realizadas no resto do país e do estrangeiro, decidiu,

através da parceria entre autarquia, Junta de Freguesia e associação de desenvolvimento Amato Lusitano, criar a USALBI há três anos. E em boa hora o fez, porque nesse espaço de tempo já triplicou ou quadruplicou o número de alunos. Hoje temos cerca de 450 alunos, quando começou com pouco mais de uma centena. A universidade está devidamente implantada, as aulas decorrem em edifícios da Câmara Municipal, no cine-teatro, no conservatório, na biblioteca, nas piscinas municipais para as aulas de hidroginástica e no Centro Artístico Albicastrense, para as aulas de dança e de ginástica. O horário decorre durante o dia, das 9h às 18h.

Neste nosso modelo todos os professores são voluntários; a grande maioria são pessoas de grande qualidade técnico-científica, uns ainda são professores, outros são reformados das suas ac-

tividades com ligações muito importantes na área em que exercem o seu ensino. Esta questão do voluntariado é a principal característica destas universidades da terceira idade.

Quem é que pode frequentar a USALBI?

A USALBI não é só destinada a pessoas reformadas. Uma universidade sénior é destinada, em princípio, a pessoas de mais idade, a partir dos 50 anos. Também pode ser frequentada por pessoas que estejam no activo – acontece neste momento. As pessoas têm a sua actividade profissional, são empresários e empresárias (também é curioso que a grande maioria dos alunos são mulheres) e frequentam as disciplinas nas quais terão maior interesse, nomeadamente a informática e o inglês.

E são as pessoas que decidem as disciplinas que querem frequentar. Nalgumas delas, estou a lembrar-me do caso da informática, há uma triagem em função dos conhecimentos que as pessoas já têm. Ou seja, há

Texto: *Filipa Minhós*

Fotos: *ADRACES*

vários níveis de formação; as pessoas com menos conhecimentos entram para uma fase inicial, as pessoas com mais conhecimentos entram para uma segunda ou terceira fases já mais aprofundadas em termos de matéria. Na História, no Património, na Cidadania, isso não acontece. Aí qualquer pessoa com quaisquer tipos de conhecimentos tem acesso a essa disciplina em qualquer momento.

Desde logo não há exames. Há o complemento de uma formação que se inicia mais como ocupação de tempo, sendo que, simultaneamente, se adquirem conhecimentos e se trabalha a auto-valorização. Portanto, não há limite na formação nem qualquer equivalência em termos de escolaridade.

na USALBI. Até no infortúnio percebemos de que forma a universidade está envolvida no contexto da cidade. Hoje em dia, as questões da terceira idade estão na ordem do dia e normalmente são resolvidas por instituições onde as pessoas estão hospedadas, ao passo que esta solução faz um envolvimento diferente com as pessoas. Elas estão durante o dia nas suas casas e têm oportunidade de ocupar o tempo disponível adquirindo cultura, convivendo e lutando contra uma coisa terrível que é a solidão. Por razões da vida, os filhos saem de casa, vão para fora, e as pessoas passam sozinhas muitos anos da sua vida. A USALBI vem ajudar a vencer essa solidão de uma maneira extremamente positiva, ao mesmo

principal, Cristina Granada, que tem uma proximidade e contacto muito grandes com os professores. Todavia, não há um sistema rígido de funcionamento. Há ou não o interesse de as pessoas aprenderem este ou aquele assunto, mais ou menos técnico, mais ou menos da sua área, e é em função disso que as pessoas se vão inscrevendo nas várias disciplinas. Da parte dos professores, a preocupação é a de ministrar as disciplinas da maneira mais competente que sabem fazer. E isso é o que nos interessa.

Pode a universidade sénior vir a envolver ainda mais a comunidade? E o que é que falta para que isso possa acontecer?

Pode envolver mais ainda a comunidade e



Qual a importância da USALBI na comunidade em que se encontra instalada?

Não tenho quaisquer dúvidas da muita importância que a USALBI tem na nossa comunidade. E basta ver, em qualquer acontecimento que tenha que ver com a USALBI, o movimento que isso provoca. As pessoas que frequentam a universidade sénior são provenientes de todos os estratos sociais e económicos da nossa cidade. Desde as pessoas que pouco mais têm do que a escolaridade obrigatória até aos licenciados, encontramos um pouco de todas as áreas profissionais. Também é curioso ver que alguns são professores e alunos simultaneamente. Hoje, posso dizer que mesmo os acontecimentos culturais que se realizam no cine-teatro passaram a ser mais frequentados, porque, pelo facto da USALBI funcionar como instituição, eles apercebem-se muito mais facilmente daquilo que se passa na cidade em termos culturais e vão assistir a essas mesmas acções. Com o trágico acidente que tivemos há um mês, toda a cidade se envolveu no luto e no pesar vivido

tempo que possibilita criar novos amigos, criar novos pólos de interesse, adquirindo novos conceitos e valores.

Também consegue envolver as comunidades rurais?

Sim. Não tanto, mas também conseguimos ter na nossa universidade pessoas provenientes das freguesias do concelho, que vêm assistir às aulas que mais lhes interessam e que depois regressam às suas freguesias. Temos pessoas de Alcains, Tinalhas, Cebolais e outras. A grande maioria dos alunos é de facto da cidade, mas, a pouco e pouco e à medida que vai sendo mais conhecida, as pessoas dos espaços rurais começam também a frequentar a USALBI.

Há preocupação de que os programas sejam adequados à realidade dos alunos que frequentam a universidade sénior?

Nós não temos nenhum conselho pedagógico para fazer esse tipo de avaliações, mas temos uma directora pedagógica da USALBI, que também é vereadora da Câmara Muni-

nós estamos também a pensar nisso. Temos ainda um pequeno problema – a questão das instalações não está totalmente definida. Penso que com a ajuda da Câmara Municipal podemos melhorar ainda esta questão, embora este ano tenha já havido uma grande melhoria nesse aspecto. E logo que tenhamos esta questão resolvida, há dois aspectos em que poderemos dar um avanço e envolver mais a comunidade. Existe já um coro da USALBI, mas que funciona de maneira ainda incipiente. A ideia é, gradualmente, melhorá-lo e fazer actuações na cidade, ao nível do concelho e/ou até mesmo fora dos nossos limites. Por outro lado, também temos intenção, até já se começou mas com alguns receios, de criar um grupo de teatro para ajudar na divulgação das actividades da instituição, e também apostar num veículo de informação – um jornal, uma revista bimensal, ou coisa do género – para que se possa fazer circular a informação daquilo que se vai passando a nível da USALBI. Com tudo isto se conseguirá uma maior interligação com a comunidade. ☼

José Carlos Costa Marques*
Professor, tradutor e editor, reformado
jedcm@sapo.pt

Escola Rural: destruí-la ou refundá-la?



ADRACES

Alunos da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico com Jardim-de-Infância de Malpica do Tejo

Se fizermos uma pesquisa num motor de busca na internet com as palavras «Carta Educativa encerramento escolas», vamos encontrar numerosas referências. Delas fica claro, por um lado, que a «Carta Educativa» é, em boa parte, um instrumento de planeamento e justificação do encerramento de escolas, sobretudo em zonas rurais. Por outro lado, documenta-se, perante o encerramento dessas escolas, o desagrado, e mesmo indignação e revolta, de muitas freguesias, lugares, país, associações. Os executivos municipais revelam, por outro lado, uma atitude ambivalente: têm um papel na execução dessa política mas sentem ao mesmo tempo algum incómodo, por compreenderem que ela não é talvez a que mereceriam as populações afectadas e a que necessitaria o próprio município. O que parece claro é que a concepção que subjaz à Carta Educativa, arrimada embora a belas justificações pedagógicas, transporta em si um projecto de concentração de crianças nos centros mais populosos, com o conseqüente agravamento da situação das zonas rurais e mais isoladas,

cujo abandono e isolamento irá contribuir para agravar.

O QUE É UMA ESCOLA RURAL?

Escolas rurais, incluindo as que estão a ser encerradas, são, na nossa definição, aquelas que se situam em zonas ainda hoje caracteristicamente rurais, mesmo que a actividade agrícola subsistente possa ser já apenas uma actividade complementar ou um vestígio, ou ainda aquelas que, já fortemente penetradas de alguns traços urbanos, conservam no entanto a marca forte de uma civilização camponesa que só muito recentemente nelas começou a extinguir-se. Não quer dizer que o conteúdo do ensino aí praticado tenha sido sequer favorável ao incentivo de preservação, a par de uma melhoria das condições de vida, da consciência da importância da ruralidade e da sua perenidade. Nalguns casos esse conteúdo terá existido, noutras casos, pelo contrário, tal como a generalidade do aparelho escolar,

mediático e cultural, terá funcionado antes como uma alavanca para instilar nas populações rurais um sentimento de marginalidade e de auto-rebaixamento, cavando ao mesmo tempo um maior fosso entre jovens e idosos.

No entanto, não obstante ser necessário, numa fase ulterior, pôr a questão da renovação dos conteúdos do ensino em região rural por forma a torná-los um meio de revalorizar e viabilizar uma ruralidade genuína embora aberta e voltada para uma nova dignidade e um novo papel na solução de crises gigantescas que se adivinham e avizinham (vide alterações climáticas, contaminação e esgotamento de recursos tão essenciais como os solos, a água e a energia), de momento a urgência é a de parar tanto quanto for possível a vaga de encerramentos. Se em relação a esta primeira vaga agora em curso já será difícil consegui-lo, pode suspeitar-se que novas vagas serão desencadeadas em breve. O que está pois em causa é viabilizar um Movimento pela Escola Rural no nosso país, que se implante não apenas

no meio escolar (vejam-se por exemplo os trabalhos de Rui d’Espiney que vão já nesse sentido), mas que procure alianças e repercussão na generalidade da sociedade portuguesa.

O ARGUMENTO DEMOGRÁFICO

As autoridades que desencadearam o processo de extinção das escolas rurais esgrimiram basicamente dois argumentos, um demográfico, outro pedagógico. Vejamos a traços rápidos cada um desses argumentos.

Argumenta-se primeiramente que a perda de população nos campos, provocada pelos processos de emigração e urbanização, deixou muitas escolas com um número diminuto de alunos, tornando tais escolas inviáveis. Sem dúvida, a perda demográfica é real. Mas será o encerramento solução? Ou é antes – tal como o encerramento de estações de correio e outros serviços básicos de proximidade – a machadada final para acelerar a desertificação e o abandono? E como conciliar tal política com a retórica sempre recorrente da necessidade de combater o êxodo rural e o abandono do interior do país? São claramente antagónicos tais propósitos. Estarão de boa fé alguns dos defensores do actual processo. Mas outros, e são talvez os principais decisores, estão perfeitamente conscientes do resultado quase certo – e é isso mesmo o que pretendem.

Não fora isso, e não seriam introduzidas nos cálculos projecções estatísticas de médio prazo que tomam como facto consumado e inelutável o prosseguimento da perda demográfica nos campos, começando já a encerrar escolas ou a decidir o seu próximo encerramento com base nesse futuro e não nos critérios numéricos mínimos por eles próprios fixados para considerar que uma escola determinada pode manter-se em funcionamento! Prova-o também isto: na base dos protestos das populações, está por vezes o encerramento já em curso de escolas com uma população escolar suficiente para as manter, segundo os próprios critérios oficialmente definidos.

Também em França ocorreu há uns vinte anos uma situação semelhante. O movimento pela escola rural já presente então nesse país conseguiu que o plano fosse reformulado e que muitas escolas rurais se mantivessem. Há agora uma segunda vaga de ataque à escola rural francesa, que porém encontra a resistência de um movimento activo e atento. Em próxima crónica, se a ocasião surgir, esperamos pormenorizar alguns aspectos desse movimento francês cuja experiência nos pode ser muito útil. Para os mais curiosos fica já uma referência:

<http://ecole-rurale.marelle.org/>



ADRACES

Alunos da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico com Jardim-de-Infância de Malpica do Tejo

O ARGUMENTO PEDAGÓGICO

O argumento principal apresenta-se, porém, com as lantejoulas da inovação e da qualidade pedagógica: por um lado, diz-se que essas escolas prejudicam as crianças porque impedem a sua socialização e aprendizagem; são uma, duas, três crianças apenas, ou pouco mais, o que inviabilizaria o ensino produtivo; por outro lado, apontam-se as deficiências dos edifícios e equipamentos escolares que se vão encerrar e as excelências dos novos «centros escolares» construídos ou em construção, bem como a dificuldade de manter os professores em tal isolamento. O carácter sofisticado, quando não hipócrita, do segundo bloco de argumentos, embora obtenha algum êxito na opinião de cidadãos comuns, é patente a quem se dê ao trabalho de o observar de perto. A opção activa ou passiva de deixar degradar os

edifícios escolares e seus equipamentos em zona rural deve-se ao mesmo aparelho administrativo-político de decisores (independentemente dos partidos no poder) que agora corre a encerrá-las – e o mesmo que decidiu gastos como os dos famosos dez estádios para o Euro 2008, e tantos outros semelhantes. O mesmo se diga quanto à situação dos professores. Se se não quer deixar a maior parte do território ao abandono, há que optar frontalmente por uma discriminação positiva a favor do interior, o que inclui incentivos (remuneração, habitação, carreira) aos professores que queiram (e, nessas condições, muitos jovens interessados pela natureza e pelo mundo rural, queriam) fixar-se, definitivamente ou por um certo número de anos, nessas regiões. O mesmo se diga dos médicos e outros profissionais.

Quanto ao primeiro argumento desta secção, se pode justificar efectivamente o encerramento das escolas mais pequenas, não justificaria o de muitas que estão a ser encerradas – e sobretudo não justificaria o agrupamento compulsivo nos centros mais populosos. Uma coisa é agrupar três ou quatro estabelecimentos num raio de meia dúzia de quilómetros para obter, em vez de escolas de três ou cinco alunos, escolas com 15 ou 20 crianças. Outra muito diferente é concentrar essas crianças, numa vila que pode distar 20, 30 ou mais quilómetros, num «centro escolar» com mais de 200 crianças. A caserna desde os 6 anos!

O filme *Ser e Ter (Être et Avoir)*, que decorre nos primeiros anos do século XXI, retrata uma escola rural real a funcionar no centro de França. Filme que teve um surpreendente e enorme êxito de bilheteira. Essa escola, com 13 crianças numa única classe dos 4 aos 10-11 anos, mostra bem que tal número de alunos é compatível com um trabalho pedagógico e educativo de altíssima qualidade. (O filme em DVD foi distribuído em Portugal, no Inverno de 2007, pelo jornal Público, onde pode ainda provavelmente obter-se.) Responderão alguns que a grande maioria dos nossos professores não terão o nível humano e pedagógico do professor do filme. Provavelmente, mas a maioria deles é perfeitamente capaz, quando incentivada e equipada, não com uma parafernália tecnológica, mas com os meios indispensáveis, de atingir uma qualidade e resultados pedagógicos tão bons como os de qualquer outra escola, e, em muitos aspectos psicológicos e humanos, até superiores.

Muitas outras questões mereceriam análises mais pormenorizadas. Se a VIVER nos der essa oportunidade, e se tivermos nós possibilidade de a concretizar, esperamos poder vir a debruçar-nos sobre elas. ☘

Se há tarefa que deva ser empreendida por toda a sociedade ela é, claramente, a educação. Como relembra o saber índio: “É necessária toda uma aldeia para educar uma criança”. O trabalho educativo, cujo essencial passa pela escola, é de uma amplitude e de uma crescente complexidade, o que obriga a um esforço redobrado de concertação das comunidades locais.

O quadro legislativo que enquadra, actualmente, a participação do poder local na educação incita-o a adoptar um papel mais activo e interveniente na gestão e no planeamento da educação. É importante que as autarquias possam assumir um papel que lhes permita caminhar no sentido de ultrapassar a mera execução das políticas normativas de territorialização educativa definida e dirigida pelo Estado central, envolvendo-se num conjunto de iniciativas e dinâmicas locais que visem promover, de forma clara e objectiva, políticas educativas locais.

Recorde-se que a territorialização educativa no nosso país tem atribuído à Escola, e não à comunidade, o papel de centralidade na condução das políticas educativas, pelo que é face a este quadro de fundo que se deve

no quadro de um modelo de desenvolvimento que procure evitar o isolamento dos diferentes actores sociais.

Os Projectos Educativos Locais, vistos como complementos das Carta Educativas, podem constituir-se em respostas úteis para agir sobre situações críticas de perda, de desfavor, de desestruturação e de crise identitária que afectam muitos territórios rurais. Se o estabelecimento escolar é, por excelência, o local de educação comum a todos os alunos, é no contexto de cada município que se deve procurar a articulação e efectuar o cruzamento de complementaridades que podem tornar o acto educativo mais amplo, mais rico e mais estimulante.

Neste desejável casamento de recursos à escala local, há, evidentemente, parceiros privilegiados, como desde logo, os municípios. Mas convém não esquecer todo um outro imenso potencial que existe à espera de ser estimulado e convocado para estes desafios educativos, designadamente o que está vinculado, por exemplo, às entidades associativas (culturais, desportivas) de base local, às estruturas museológicas e aos centros comunitários que actuam em

Domingos Santos

Docente do Instituto Politécnico de Castelo Branco



ANA ALVIM

Educação e Desenvolvimento: os Projectos Educativos Locais

perspectivar a intervenção e adequar a participação dos diferentes actores sociais na implementação de políticas educativas locais.

Agora que a maior parte dos municípios se dotou de Cartas Educativas, como instrumentos de planeamento e gestão da rede de equipamentos educativos existentes, é importante acrescentar um passo que me parece complementar desse, mesmo decisivo, na perspectiva do entrosamento da escola no seu meio e que passará, a meu ver, pela elaboração e implementação de Projectos Educativos Locais.

Se é certo que nalguns territórios se têm desenvolvido programas integrados de intervenção, articulando os diferentes actores, escola incluída, o mais frequente é que, à escala local, a articulação inter-institucional seja inexistente. Mesmo em pequenas comunidades, em que todos os actores locais se conhecem, a relação privilegiada é de natureza sectorial, entre o serviço local e o central, em detrimento do funcionamento das redes locais. Por outro lado, um dos traços marcantes dos nossos espaços rurais é a rarefacção de actores e recursos que tem de ser equacionada, sobretudo, como um estímulo à transformação de obstáculos em pontes para um diálogo de cooperação e de criação de redes e parcerias locais, único meio para ultrapassar fatalismos e resignações que, não raramente, ofuscam recursos e potencialidades. A escola precisa de ser entendida como parceiro de corpo inteiro nas lógicas de animação sócio-comunitária,

áreas importantes de socialização e de aprendizagem para as nossas crianças e os nossos jovens.

As escolas deverão ser cada vez menos escolas no sentido escolar, para serem cada vez mais escolas no seu sentido educativo, mais amplo, erigindo-se mais à categoria de elo social do que espaço de instrução. Parece interessante poder abrir portas para ir diversificando as fontes do currículo e as oportunidades de aprendizagem pela abordagem dos saberes e dos problemas e potencialidades locais, promovendo o confronto da cultura escolar com os diferentes contextos territoriais. Alunos mais envolvidos, confiantes e participativos são o melhor investimento no desenvolvimento que qualquer comunidade local pode realizar. São a chave para mais inovação social e mais empreendedorismo. Para um futuro melhor.

O futuro passará, necessariamente, por ir trilhando uma trajectória que permita colocar a educação no centro das estratégias de desenvolvimento, aproximando a cultura escolar das especificidades das culturas locais, criando condições para o surgimento de Projectos Educativos Locais e já não projectos educativos exclusivamente centrados na escola. Abrir a escola à comunidade e fazer aproximar a comunidade (famílias, instituições, empresas) da escola, tal é, no essencial, o repto que enfrenta o sistema educativo numa perspectiva de desenvolvimento local. ✿

Professores (as) das nossas escolas são parceiros da elaboração do presente número desta revista. Das suas observações, análises, reflexões e até desabaços, resultaram diferentes e interessantes abordagens sobre os problemas deste tema, que muito contribuíram para alargar o debate sobre a educação que se faz, ou não, nas nossas escolas.

O material resultante é diverso e de grande qualidade, pena é que não possamos publicá-lo na íntegra, por absoluta falta espaço. Dada a riqueza da experiência, gostaríamos de a continuar, encontrando-nos mais vezes, com o objectivo de desenvolver as reflexões iniciadas e, se possível, porque não, organizar a publicação de um livro sobre “a educação raiana”, a que por cá se faz e a que se devia ou poderia fazer. Também nós necessitaremos do estímulo do vosso entusiasmo para uma tal tarefa, se assim o entenderem. Atentamente e expectantes, aguardaremos.

A título de ilustração, aqui vos deixamos alguns “pedaços-fragmentos” das conversas realizadas.

Obrigado Professores (as)

- “Pode-se desde logo começar a discutir o problema pelo facto do Ministério se chamar Ministério da Educação. Não se chama assim por acaso, responde a uma evolução do papel social das escolas”.
- “A altura em que o professor desempenhava a figura com papel mais preponderante nas aldeias já lá vai e por motivos vários. A escolarização nessas alturas era uma coisa perfeitamente não vulgarizada, nem toda a gente tinha acesso à escolarização, uma percentagem muito significativa das pessoas não ia à escola”.
- “(...) as famílias deixaram de ser nucleares no sentido de que deixaram de representar o máximo papel de organização social na sociedade e deixaram de ter igualmente o papel quase exclusivo da educação. À escola cabia apenas o papel da instrução. Também a evolução social da mulher, que deixou de estar tradicionalmente em casa para começar a trabalhar, abriu outra perspectiva para a escola – é a perspectiva de ter os alunos o maior tempo possível dentro da escola. Com o alargamento sucessivo do horário dos alunos, hoje há alunos confrontados com cerca de 40 horas de aulas semanais. Isto tem como principal objectivo o de manter os alunos “guardados” durante o maior espaço de tempo possível. Hoje a escola é uma parte da resposta às exigências e necessidades das famílias, na guarda dos seus filhos”.
- “Lembrei-me de Eduardo Sá e da sua expressão famosa que diz que «os pais de hoje são efectivamente melhores pais do que os de ontem». Mas eu alteraria e perguntaria se a sociedade de hoje é melhor sociedade do que a sociedade de ontem. Demarca-se hoje nas nossas escolas uma dimensão cognitiva do saber-fazer. Mas, para além do saber-fazer, é preciso saber-ser. E embora a escola trabalhe com estas duas dimensões, é precisamente no saber-ser, que é uma dimensão que se calhar nos é muito cara nesta sociedade, que eu tenho muitas dúvidas se está a ser aplicada nas escolas. Esta dimensão ética e moral é a que nos dá maiores dores de cabeça e que nós se calhar nos esquecemos um bocadinho dela. O Ministério da Educação está preocupado essencialmente com o saber-fazer. Mas a dimensão ético-moral não pode estar dissociada da outra”.
- “A pergunta que muitas vezes se tem de colocar é: de quem é a competência da educação? Porque me parece que, de alguns anos a esta parte, a educação tem sido empurrada (e o termo é mesmo este) para as escolas. Ora, não se deve exigir às escolas que sejam as educadoras dos alunos, ou dos nossos clientes. Isto tem de ser uma conjugação de esforços, em que os pais não se podem de maneira nenhuma demitir da educação dos filhos. Portanto, a competência da educação é da escola? A competência é TAMBÉM da escola, não é SÓ da escola. Hoje a cultura socialmente aceite é que as escolas resolvem os problemas todos. E temos situações caricatas de pais que vêm à escola dizer que «eu não consigo fazer nada do meu filho». Quer dizer, eles não conseguem fazer nada dos filhos e nós conseguimos?... Como se tivéssemos uns chicotes e umas salas escuras para os castigar e dar a educação que não têm em casa. Obviamente que as escolas não servem para isso. O núcleo familiar de hoje em dia está-se a demitir de alguma maneira dessa sua missão. Vou chamar à conversa um espanhol, Javier Urra, que escreveu um livrinho chamado “O Pequeno Ditador” e que fala sobre como a família nuclear de hoje cria as crianças: dão-lhes tudo, menos aquilo que devem”.



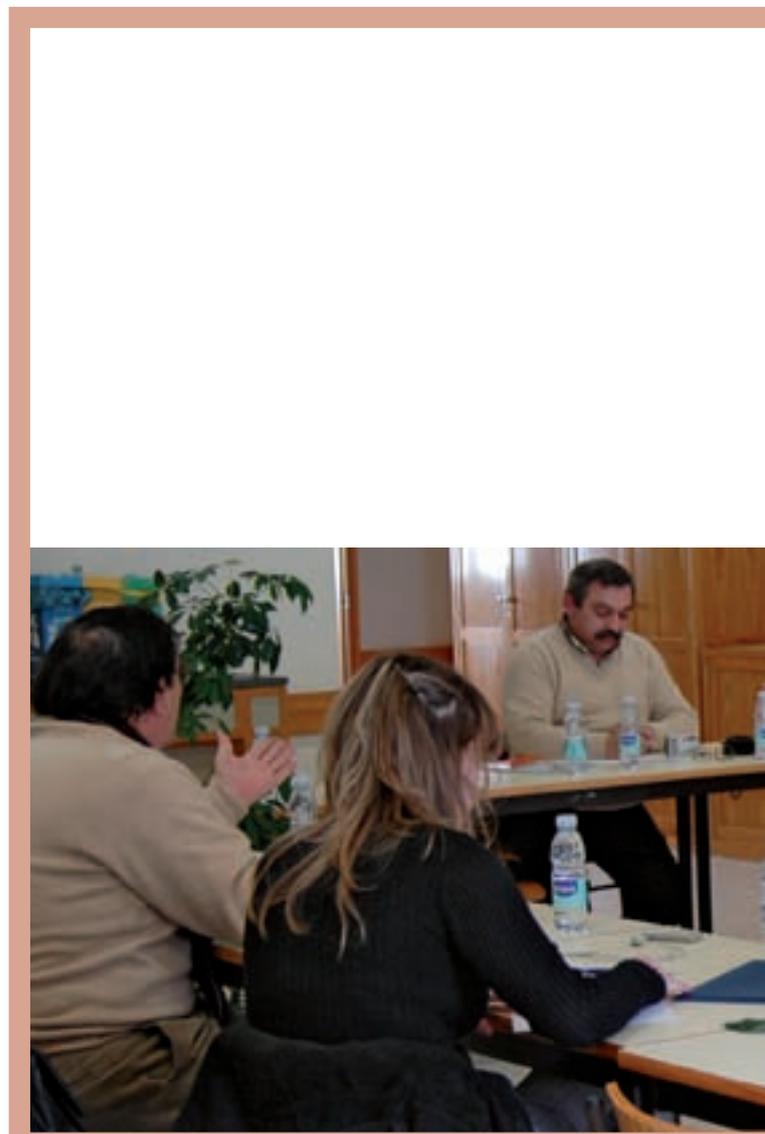
ADRACES

das Escolas da BIS

- “Quando alguém pergunta quem é que educa estes pais, eu interrogo-me, porque eu também fiz parte dos formadores dos pais de agora. Eu tenho aqui pais que foram meus alunos. E eu lidei com os pais destes pais que não eram instruídos, mas eram pais com quem se lidava muito melhor em muitos aspectos, do que os pais com quem lido hoje em dia. Eu não sei se os pais de hoje em dia, que são instruídos e formados, serão melhores pais do que os pais de antigamente. Tenho muitas dúvidas. Num concelho como o nosso, onde há muito tradicionalismo e conservadorismo, já assistimos a situações que nos deixam de boca aberta em relação aos pais de agora. Serão melhores pais só por terem o 9º ou 12º anos? A instrução é sinal de ser melhor pai ou melhor mãe? Não sei se é, porque a minha experiência de ensino de vinte e muitos anos veio revelar-me que eu preferia lidar com os pais de antes, com pouca instrução, mas com mais formação e educação. E eu interrogo-me então onde é que como professora eu errei? Onde é que se errou em todo este sistema, como é que formámos estes pais de agora? Eu também me sinto responsável nisso, porque eu também leccionei para estes pais”.
 - “Fazendo uma pequena retrospectiva, podemos perguntar se tudo isto não resulta de um acumular de erros, se tudo o que fizemos não foram precisamente erros. Foram tantas as reformas... lá está a instrução a funcionar e pouca dimensão ética”.
 - “Hoje em dia, grande parte das competências são dos agrupamentos, há outras competências que são das Câmaras municipais, há outras competências das juntas de freguesia, são os pais e encarregados de educação que também mandam e, claro está, com os seus direitos. Mas, de facto, há muita gente a mandar na educação.
- E a falha passa também por aí. Enquanto a educação *per si* não for da competência de apenas uma ou duas instituições, em que haja o melhor relacionamento e o poder de decisão esteja nessas instituições, torna-se muito complicado andar cada um para seu lado. O que se vê é a bola andar a passar de mão em mão e a ser empurrada de uma instituição para outra”.
- “O facto da figura do professor passar a ser encarada de forma distinta é também fruto deste sistema educativo. Com um sistema de colocação de professores que coloca professores afastadíssimos do seu local de residência, como é que o professor pode conhecer a realidade do meio onde lecciona quando tem de fazer quilómetros e quilómetros todos os dias?”.
 - “Eu gostava de dizer aos responsáveis do Ministério, em particular ao Senhor Secretário de Estado da Educação, que os professores estão muito preocupados com os problemas sociais da terra onde ele estudou e como é que podemos resolvê-los se apenas somos pessoas com formação de professores e não há técnicos especializados em problemas sociais nesta escola. Pelo menos ter um psicólogo era essencial”.
 - “Como é que rompemos com o círculo vicioso dos défices de educação? É fácil. Tal como num relógio, são necessários muitos mecanismos para que possa funcionar. A escola, sozinha, nunca vai poder fazer nada. Enquanto as coisas não forem resolvidas em termos de cooperação entre organizações, nada vai mudar. Os pais que não têm educação e que não têm o menor interesse de acompanhar os filhos na escola são acompanhados por outras instituições. O problema é que continua cada um a trabalhar para

o seu lado, não há colaboração e não se vê quais as instituições que deviam trabalhar paralelamente com as escolas. Porque o papel da escola não é ir a casa ver como estão os pais, o papel da escola é ver como estão os filhos e informar os pais, (e as outras instituições?). O paralelo é sempre estabelecido pela Segurança Social”.

- “Há uma grande percentagem de crianças que têm problemas ou que dão problemas nas escolas e cujos pais são acompanhados há vários anos pela Segurança Social e, portanto, estão dependentes de outra instituição. E são essas instituições que poderiam ter um papel mais activo e colaborador com a escola na sua intervenção”.
- “Mas há aqui outra questão: a falta de educação não é só dos pais com problemas sociais. Para já os conceitos de escola e de professor estão degradados, digamos assim. E há muitos pais que têm uma atitude depreciativa pelo trabalho que é feito pelas escolas e acabam por transmitir essa ideia e atitude também para os filhos. Perante a atitude que vêm os pais tomar perante o ensino, nós temos de nos virar do avesso para alcançar o tal sucesso em números que o Ministério quer e muitas vezes a parte social acaba por ser descurada”.
- “Houve duas grandes asneiras: a primeira e a mais grave que se cometeu foi logo com a massificação do ensino. Todos passaram a ter acesso à escola, mas a qualidade perdeu-se. Hoje em dia, o que interessa é ter o 12º ano e o que menos se preocupa é a qualidade desse mesmo 12º ano. O analfabetismo funcional vai ficar e vai ser aumentado. E é um conceito com mais de 30 anos”.
- “Nós temos uma preocupação, principalmente com as crianças que vêm de lares desestruturados ou com carências económicas muito graves, enfim com problemas, de trabalhar mais a parte das atitudes, comportamentos e valores do que propriamente a parte da aprendizagem dos conteúdos e das competências, muitas vezes em prejuízo da turma em geral. E porquê? Porque se ele não tiver interiorizado certas atitudes, comportamentos e valores, nem a turma irá funcionar bem, nem aquele aluno poderá progredir em termos das outras aprendizagens. O que nos interessa é: como é que o aluno entrou aqui na escola, tanto em termos de conhecimentos como a nível dos valores. E o que nós vemos no final, quando o aluno entrou para aqui com três anos e sai aos 16/17 anos, ao longo de todo este tempo, ele entrou de uma maneira e vai sair de outra. Será um aluno de sucesso, se para além de ter 4 e 5 nas aprendizagens, for um cidadão bem formado. A escola integrada em que os miúdos entram aos três e saem aos 17 anos é uma coisa positiva”.
- “As autarquias e as juntas de freguesia têm de começar a ter um papel muito mais fundamental para a eliminação dos défices de educação. Tem de haver uma descentralização, porque isto em grande escala não funciona. Quando falamos em organização, as organizações funcionam sempre em função de uma cabeça. E quem está no topo tem de saber os problemas que há nas escolas. A partir dos momentos em que se faça diagnóstico dos problemas, aí podemos avançar. Falamos do excelente desempenho das crianças irlandesas... pois é, mas as famílias da Irlanda não são como as que temos em Portugal. O que nos resta é remediar os pais e educar os filhos”.
- “Hoje é complicado culpar apenas os pais pela educação que os filhos têm. Hoje, os pais, no papel da Educação, não são o principal. Muitas vezes deixam a educação dos filhos em função de uma caixinha mágica e da rua. E os nossos miúdos muitas vezes não sabem que estão a tratar com pessoas e não com uma caixa, mas isto não é um problema da escola, é um problema estrutural.



ADRACES

Enquanto que antigamente a mulher trabalhava em casa e continuava a acompanhar os filhos, actualmente trabalha o pai, trabalha a mãe, muitas vezes em horários completamente díspares e há alunos que raramente vêem os pais”.

- “E depois as recompensas materiais substituem os afectos e este é o grande drama que temos de enfrentar”.
- “A escola está aberta à comunidade e nós também vamos à sociedade. Mas é engraçado que temos mais gente a vir às nossas actividades na escola do que fora dela. Mas uma coisa que eu acho que devia ser instituído é uma obrigatoriedade dos pais se deslocarem à escola para pedirem informação do educando. Porque eles demitem-se a maior parte das vezes dessa obrigação. Os pais vêm a escola como uma caixa, chegam, despejam os filhos na caixa e vão embora”.
- “Não pagar abonos de família a quem não cuida da educação dos filhos?”
- “Nós temos aqui miúdos com seis aninhos, que saem de casa às seis da manhã, cheios de frio, cheios de sono, chegam enjoados de tanta curva que apanham no caminho. E como é que há alguém em Lisboa que diz que está a fazer bem as coisas?...”.
- “A questão da estabilidade dos docentes é fundamental, desde que seja bem feita. Não é só colocar os professores numa deter-



minada escola por 10 anos que resolve os problemas, porque a maior parte dos professores tem família e aí ainda estaria mais tempo afastada da sua família”.

- “A estabilidade dos docentes ideal era deixar ficar os professores na sua própria casa”.
- “Pode fazer-se a estabilidade dos 10 anos, por exemplo, desde que a colocação dos professores seja feita a nível distrital”.
- “Nós até podemos propor formação para os pais. O problema é saber como os conseguimos trazer para cá. Nós já propusemos formação na área da Higiene e Segurança no Trabalho, não conseguimos é obrigar os pais a vir cá. Sabendo que havia muitos centros de dia aqui nos próximos anos e que cada vez mais se ia exigir pessoas qualificadas, nós enviámos um folheto em Março para todas as Juntas de Freguesia e para todos os locais da área de abrangência da escola para um curso à noite na área da geriatria. Sabe quantas inscrições houve? Nenhuma. O curso não abriu, obviamente. Pretendemos fazer outro para os miúdos que tinham saído da escola e que já andavam a trabalhar, também à noite, para tirar um curso de técnicos. Também não houve interessados”. ☸

Os nossos especiais agradecimentos aos responsáveis e professores (as) das escolas:

*Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches de Penamacor
Escola Básica Integrada de São Vicente da Beira
Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova
Escola Superior de Educação de Castelo Branco
Universidade Sénior de Castelo Branco
Coordenação Educativa de Castelo Branco
Câmara Municipal de Penamacor
Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim-de-infância do Rosmaninhal
Jardim-de-infância de Aldeia de Santa Margarida
Agrupamento Faria de Vasconcelos de Castelo Branco
Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim-de-infância de Malpica do Tejo
Pré-Escolar de Sarnadas de Ródão
Jardim-de-infância de São Miguel d’Acha*

O Papel da Formação Profissional nas Artes e Ofícios

A Formação Profissional nas Artes e Ofícios é hoje considerada um instrumento fundamental na qualificação de novos artesãos (através de projectos de formação em áreas de forte empregabilidade e em áreas que permitam inverter o processo de extinção de actividades que apresentam ainda condições de viabilidade económica) ou através da realização de acções de formação de artesãos no activo, por forma a colmatar lacunas ao nível do processo técnico, de gestão e de comercialização, contribuindo para a viabilização das iniciativas de emprego e para o desenvolvimento do sector.

Pela formação, nos últimos anos foi introduzido no artesanato um novo fôlego expresso na criação de novas unidades produtivas e no aparecimento de jovens artesãos que, com níveis crescentes de escolaridade, com preparação profissional adequada, muitas vezes munidos de competências na área do design, da gestão e das novas tecnologias, se deixam seduzir pela cerâmica, pelo vidro, pelas madeiras, pelos têxteis, e que optam pelas Artes e Ofícios como projecto profissional, garantindo, com qualidade acrescida, a sua continuidade e desenvolvimento.

Temos todos que encarar o sector como um sector produtivo com lógicas de produção, estratégias de venda, produção e marketing (associados à componente artística e cultural) idênticas às de tantos outros sectores.

Temos que capacitar os artesãos para níveis de competitividade que levem a reconhecer o artesanato como sector económico em

simultâneo como expressão de uma cultura e de um grande significado social.

A aquisição de novas competências por parte dos artesãos é, em nossa opinião, condição indispensável para o reconhecimento e a afirmação sócio-económica do sector. A formação é uma via, uma alavanca para a inovação e o desenvolvimento no artesanato, ao dotar o artesão de mais competências tornando-o mais qualificado e, dessa forma, mais competitivo.

A formação profissional nas Artes e Ofícios constitui uma importante ferramenta, um sólido instrumento de desenvolvimento e inovação do artesanato e desenvolve um papel essencial na renovação e valorização das Artes e Ofícios.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) tem como uma de suas principais características a ênfase nos processos de formação profissional.

Este programa traz vantagens claras e bem vindas para o Artesanato mas coloca nos “ombros” do CEARTE, das Instituições ligadas ao Artesanato e, sobretudo dos Artesãos uma enorme responsabilidade.

Acções como a formação ao longo da vida, a dupla certificação e os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) constituem, sem dúvida, uma solução para combater a debilidade da estrutura de habilitações e qualificações que marca a mão-de-obra em geral e também o Sector do Artesanato.

As suas vantagens, como é óbvio, são a ele-

vação dos níveis de habilitação escolar e de qualificação dos adultos, a certificação dos saberes e competências que tenham adquirido ao longo da vida e a aquisição de competências em áreas novas.

Neste quadro, julgo que o Estado deve desempenhar um papel particularmente relevante, designadamente através dos modelos de consultoria-formação para as micro-empresas artesanais, que têm vindo a demonstrar bons resultados neste domínio, sendo essa uma das apostas principais no âmbito de um dos eixos prioritários do Programa Operacional Temático Potencial Humano – o eixo 3, Gestão e Aperfeiçoamento profissional.

Muitos artesãos têm ainda habilitações literárias baixas, mas têm certamente experiências de vida e conhecimentos adquiridos em contextos informais de aprendizagem que podem e devem ser certificados.

A elevação dos níveis de qualificação dos artesãos é a chave para a qualidade do artesanato e o desenvolvimento destas actividades. Uma formação verdadeiramente qualificante e sustentada por uma formação escolar de base alargada é hoje condição de sucesso para o desenvolvimento de uma actividade profissional na área das artes e ofícios, respondendo ao objectivo que tem vindo a ser desenhado em termos de políticas públicas de apoio ao sector, que vai no sentido de dignificar e qualificar as actividades artesanais e os seus executantes. Se a isto juntarmos a prioridade do CEARTE



CEARTE



CEARTE

em integrar na formação jovens que optam por qualificações profissionais em áreas técnicas e artísticas associadas a uma qualificação escolar, temos um enorme desafio que só é possível vencer recorrendo a uma nova postura assente na aprendizagem ao longo da vida e em todos os contextos de vida.

No futuro, o CEARTE procurará reforçar a sua ligação ao sector do artesanato e, disponibilizando ofertas de formação à medida, reconhecendo competências e saberes, servindo simultaneamente jovens e adultos em qualquer situação profissional, em qualquer fase da vida, num trabalho de grande proximidade com os Artesãos, de efectiva parceria com instituições e empresas contribuindo para aumentar o sucesso de todos, dando um forte e decisivo impulso à qualificação dos Artesãos em particular e dos Portugueses em geral. A oportunidade está aí. Compete a cada Artesão, ao movimento associativo, aos diversos agentes, aos empresários e trabalhadores, agarrá-la.

O artesanato português tem que “marcar pontos” não pelos preços baixos mas pela diferenciação, pela qualidade e pela excelência das produções. Para isto é necessário investir em três áreas estratégicas: Tecnologias da Produção, Mercado e Design/Inovação. Associar o artesanato às tendências de mercado e à inovação é certamente contribuir para a competitividade e futuro do sector.

É um facto reconhecido por todos, como de alguma forma ficou já expresso no que dissemos atrás, que o sector do artesanato atravessa uma fase decisiva e enfrenta desafios importantes relacionados com a concorrência, competitividade, afirmação no mercado e a adaptação aos novos tempos e aos novos mercados.

Estes desafios exigem dos novos artesãos e das estruturas de apoio ao sector, uma estratégia e uma atitude pro-activa que assente na eficácia e qualidade de produção, na modernização tecnológica dos ateliers, na sua qualificação profissional, no reforço da sua capacidade empreendedora e no imenso potencial de inovação de que são detentores. A formação profissional “joga”, na generalidade destes aspectos, um papel essencial. ☘



Valter V. Lemos a falar:

De educação, com paixão

Depois de ouvir os actores de terreno, aqueles que dão vida e substância às escolas da BIS, impunha-se dar vez, voz e palavra ao ilustre raiano penamacorense
Valter Lemos,
Secretário de Estado da Educação.
Ouvimos com gosto uma brilhante e muito sincera defesa da importância da educação no desenvolvimento da Humanidade e na organização das sociedades democráticas.

OS GRANDES DESAFIOS DO PRESENTE

VIVER: Senhor Secretário de Estado, o Grande Tema do próximo número da nossa revista é “a educação e o ensino escolar e sua relação com o Desenvolvimento Local da Beira Interior Sul – BIS”. Agradecemos reconhecidamente a gentileza de nos receber e estamos disponíveis para transmitir aos seus conterrâneos o que tiver por bem dizer-nos sobre o assunto.

V. L.: As questões da Educação, para Portugal neste momento, são questões centrais, sobretudo a questão da qualificação das pessoas, porque o Mundo está muito exigente ao nível das competências profissionais, dia-a-dia a exigência de competências profissionais e sociais é cada vez maior e neste aspecto é um País com taxas muito baixas em relação aos nossos parceiros europeus e não só.

A nossa competitividade está limitada, quer por não termos uma população suficientemente qualificada, quer do ponto de vista escolar, quer do ponto de vista profissional. Do ponto de vista escolar é sobretudo uma questão de certificação, porque muitas vezes as pessoas têm as competências adquiridas ao longo na vida, mas essas competências não estão certificadas, porque não foram adquiridas na escola. Necessariamente temos que dar essa certificação, e, aos mais novos, garantir uma escolarização superior àquela que foi dada às gerações anteriores.

A distribuição da falta de qualificações não é igual por todo o território nacional. Temos problemas em algumas zonas específicas, em zonas sub-urbanas à volta de Lisboa e Porto e no interior do País, especialmente na Beira, Trás-os-Montes e uma parte do Alentejo.

Os problemas são muito acentuados por duas razões: a primeira, de carácter mais geral, advém das baixas taxas de escolarização durante as décadas anteriores; a segunda, de carácter mais localizado ao interior, deve-se à falta de investimento económico e ao despovoamento e subsequente

desertificação das áreas mais problemáticas, o que fez com que a falta de qualificação dos recursos humanos não fosse tão sentida, ocasionando um duplo efeito:

Por um lado, a falta da escola e das qualificações não era muito evidente; pelo outro, a falta da escola e de qualificações das competências concorriam para a estagnação do desenvolvimento.

Temos igualmente problemas de baixa qualificação em zonas onde subsiste o flagelo do trabalho infantil, que estimula e concorre para o abandono escolar dos jovens. Em suma, qualificar adultos e garantir uma escolarização completa e de qualidade para as jovens gerações, são esses os nossos grandes desafios.

Para responder a estes desafios lançámos os programas dos “Centros de Novas Oportunidades” dirigido à qualificação de adultos e os cursos de “educação – formação” destinados a oferecer uma alternativa profissionalizante aos jovens que a desejarem, de maneira a assegurar a sua permanência na escola, pelo menos até completar o ciclo escolar obrigatório. Estamos a apostar com muita intensidade nestes programas, em particular naquilo que tradicionalmente se entende por “educação de adultos”, mas por um processo inteiramente novo que rompe com o que se vinha



ADRACES



FISHEYE

fazendo com fracos resultados: é um processo novo, porque não se começa do princípio, trabalha-se com o adulto verificando o que ele já aprendeu ao longo da vida, de maneira a programar apenas a aprendizagem necessária para uma qualificação escolar relativa ao 9º ou 12º ano. Mais de 300 mil pessoas, cerca de 320 mil, já se inscreveram e já certificámos competências a mais de 100 mil. O objectivo é atingir um milhão, um milhão de adultos requalificados. Este programa conjunto do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social visa mobilizar todos os adultos, para que quem não teve ou não pôde ter a oportunidade de frequentar a escola, tenha uma nova oportunidade de se qualificar, podendo fazê-lo de várias maneiras, desde logo a maneira mais simples e directa é a de aproveitar este programa dos “Centros de Novas Oportunidades”.

O outro ramo deste trabalho é o dos chamados cursos de “educação e formação de adultos” que estão espalhados por todo o País, a que se chamou “o ensino recorrente” e que é necessário substituir, por ser, tal como estava, muito pouco adequado à formação de adultos. Porquê? – Porque limitava-se a repetir à noite, digamos assim, a matéria dada durante o dia aos jovens!

Ora, os adultos não têm que aprender da mesma maneira e as mesmas coisas. Estamos a fechar esses cursos do ensino recorrente e a recomenciar de maneira diferente: por módulos, os adultos só frequentam os módulos que precisam de acordo com um trabalho prévio de verificação dos seus conhecimentos e da sua história de vida.

QUALIFICAÇÃO VERSUS EDUCAÇÃO?

Se nos permite, gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre uma questão que tem sido muito recorrente nas nossas conversas com os professores da nossa zona, e que é mais

ou menos a seguinte: é preciso fazer a distinção entre qualificação para saber fazer, e educação para saber SER e Estar. Os Pais e encarregados de educação dos nossos alunos têm as competências profissionais que têm e lhes vão servindo para sobreviver economicamente, mas do ponto de vista da cultural e social, da educação cívica (lato senso) se quisermos, o défice é muito maior. Somos nós, professores, quem sofremos as consequências directas desse défice, tendo que suportar tudo o que daí advém, como a falta de respeito e até a violência física.

Vamos lá a ver... a escola também serve para isso, se nós não tivéssemos os problemas e carências educativas que temos, o País não precisava de exigir tanto às escolas como exigimos hoje. Eu costumo dizer aos professores uma coisa simples: se educarem os filhos estão a fazer o trabalho deles; porque educando os filhos, também estão educando os Pais. A questão fundamental é que não podemos partir do pressuposto que temos de educar todos os Pais primeiro, porque os Pais somos nós todos. A função da escola é principalmente em relação às novas gerações, que elas consigam novas competências, saberes, conhecimentos e formas de Ser e Estar mais desenvolvidas do que as que tinham as gerações anteriores, de maneira a que os problemas das gerações anteriores não se repitam na nova geração, é esta a função principal da escola de hoje.

A preocupação deve ser esta, é óbvio que somos um País com um défice de desenvolvimento social histórico, portanto, não podemos esperar que todos os Pais e todas as famílias tenham o desejado nível cultural; é o contrário, temos baixas taxas de educação nas famílias e nos adultos em geral, portanto, isso reflecte-se em toda a sociedade e significa que ainda temos problemas sociais complicados que a escola também deve servir para ajudar a resolver.

A escola não pode ficar à espera que tudo isto seja resolvido para depois actuar. Ou seja, a escola é um dos instrumentos que temos para ajudar a resolver estes problemas;



FISHEYE

a escola tem um papel promocional para o aumento da igualdade de oportunidades, para conseguir dar uma oportunidade àqueles que, se não houvesse escola, não teriam oportunidade nenhuma. Para “puxar” também por aqueles que têm mais dificuldades e fazer com que todos possam ir mais longe do que iriam se não houvesse escola. Temos que nos centrar nos jovens. Os jovens que abandonam precocemente a escola vão ser adultos desqualificados e mal preparados. O nosso grande objectivo é o de conseguir que os jovens não abandonem a escola e tenham sucesso escolar. Que aprendam enquanto estão na escola. Questão central, que aprendam o que há a aprender, desde as questões da matemática às questões da atitude.

OS PROFESSORES QUE TEMOS...

Ouvimos um professor dizer: Também nós temos que fazer o nosso próprio exame de consciência, porque, se calhar, pressionados por outras lógicas, não temos andado a fazer tudo o que devíamos para ensinar a SER. Ensina-mos a fazer, talvez não tenhamos dado a importância devida à educação cívica.

Porque a nossa escola, a escola de Portugal, por tradição, tem uma história muito ligada fundamentalmente aos aspectos académicos. Tem sido uma escola muito “liceizada”, passe a expressão, descurando durante muitas décadas (por razões óbvias de falta do exercício de cidadania) os aspectos que têm que ver com o SER, com as atitudes,

os valores, a ética, etc. Esta é uma situação que está sendo ultrapassada. Hoje, na nossa escola, há uma muito maior preocupação com essas questões, quer por parte dos programas, quer pela especial preocupação dos próprios professores em concreto. Até porque, neste momento, todos os jovens estão na escola, na escola dum regime democrático (com professores formados em democracia) que a todos tem de garantir o direito ao saber e ao SER.

A MASSIFICAÇÃO DO ENSINO...

Temos escutado diferentes opiniões sobre as consequências da massificação do ensino, havendo quem diga que muitas das deficiências da escola de hoje e do nosso sistema de ensino são consequências dessa massificação. Que nos diz sobre isso?

A massificação do ensino não é um mal, é um bem, mas é um bem que traz problemas. Mas é um bem, é o maior bem que as sociedades modernas podem ter. É o maior de todos os bens, em minha opinião. É por isso que trabalho em educação há tantos anos e tenho este gosto por este trabalho. O maior bem que as Sociedades modernas criaram foi o direito à educação, é o tal bem que dá a todos, mas todos, o direito de poderem aprender mais, de ir mais longe, a estudar mais sobre o que são as suas oportunidades. Sobre este bem, é preciso não esquecer que é um BEM de aquisição muito recente ao longo da história da humanidade. Muito

recente no geral e, em Portugal, muito mais recente ainda, porque a ideia de que uns teriam direito à escola e outros não funcionou durante muitos anos da história dos homens e até há bem pouco tempo na nossa própria história. A possibilidade de todos irem à escola é um bem maior, porque significa, no concreto, a tal promoção da igualdade de oportunidades.

Ao irem todos à escola, isso cria problemas ao trabalho da escola e torna o trabalho dos professores muito mais complicado, isso é verdade. É muito mais fácil ensinar só alguns e sobretudo quando esses alguns são os mais capazes, aqueles que sabem mais, aqueles que a sociedade selecciona através das desigualdades sociais. A exigência aos professores e à escola é hoje muito maior do que era... é bom que se saiba. Os professores exprimem normalmente essas dificuldades, o que é natural. É bom que o cidadão comum perceba que o trabalho do professor é hoje muito mais exigente, não só porque hoje os professores têm na escola alunos com mais dificuldades que anteriormente nunca lá estavam, mas também porque hoje os professores têm que tratar muito mais dimensões do saber (do saber fazer, do saber SER, do saber estar) do que tinham há uma década atrás. Porém, nenhuma destas razões nos pode fazer, como se diz, “trocar os vês pelos bês”. Essa é que é a questão, porque isso é uma conquista da civilização, é uma conquista da Humanidade. Nós temos é que aprender a dar respostas para todos.



FISHEYE



ADRACES

NIVELANDO POR BAIXO?

Ao querer dar respostas a todos, não corremos o risco de nos ocupar menos dos mais capazes?

Não tem que ser assim. Não pode ser assim. O que tem de ser é que temos de organizar as escolas um pouco à semelhança dos hospitais – (Não é pelo facto de todos terem direito à saúde que vamos tratar uns melhor que outros) – há que tratar todos. O facto de todos terem acesso ao ensino é um bem que temos que estimar e não pôr em causa: estimá-lo é fazer o máximo que podemos para respeitar a diversidade. Como tudo isto é muito recente, nós provavelmente ainda não sabemos fazer da melhor maneira, temos défice de desempenho. Temos de ter consciência de que “a educação para todos” tem, nos demais países europeus, várias décadas de avanço em relação a nós.

Portugal não pode voltar para trás, é preciso trabalhar melhor, preparar melhor os professores, arranjar melhores recursos, organizar melhor o trabalho dentro das escolas, de forma a encontrar respostas para os que têm mais dificuldade como para os outros que é preciso acompanhar na maior riqueza e rapidez dos seus percursos.

No nosso caso, estas questões são muito mais determinantes do nosso próprio desenvolvimento, porque chegamos mais tarde do que os outros, temos atrasos educativos não só em relação aos jovens como aos adultos, temos aqui um nó mais entrelaçado do que o de outros países para “desatar”. Só acabando com o abandono e o insucesso escolar podemos romper com este “círculo vicioso”.

Mesmo depois da Lei de bases de 86 e da “escolaridade obrigatória”, Portugal falhou muito ao manter, durante muito tempo, altas taxas de abandono escolar (cerca de 20 mil jovens por ano sem concluir o 9º ano), valor que não tem comparação com mais nenhum país da OCDE.

Como refuncionalizar os edifícios escolares encerrados?

Os edifícios das escolas primárias são das autarquias, não são do Ministério nem do Estado.

Há autarquias que transformaram as escolas primárias em “Centros Comunitários” para a educação de adultos, para centros de apoio à

3ª idade, etc; têm de ser projectos de dimensão e iniciativa autárquica. Nós acordámos com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social a possibilidade de prestar apoios para esse tipo de novas funções, incluindo novas creches. A este nível das creches ainda temos problemas, o pré-escolar está mais ou menos resolvido, mas com as creches a lógica tem de ser outra. Aos bebés é preciso apoiá-los lá onde eles estão por poucos que sejam. No norte do País, algumas Câmaras já criaram redes de “centros comunitários” aproveitando as escolas primárias encerradas.

A EDUCAÇÃO É A GRANDE PAIXÃO?

O facto de ser Secretário de Estado fez aumentar ou diminuir a sua paixão e a sua confiança no valor civilizacional dos processos educativos?

Toda a minha vida fui dedicado à educação. A “paixão” pela educação já existia antes de exercer as funções que hoje exerço. Mas, as actuais funções – não tenho hesitação alguma em dizê-lo – aumentaram essas minhas convicções antigas. Cada vez mais acredito que a escola é, por definição, uma ideia muito generosa. Há poucas invenções sociais que, na sua origem, sejam tão generosas como a escola. É uma boa ideia sobre a natureza humana, que devemos acarinhar.

Considero um enorme privilégio ter tido a oportunidade de exercer estas funções, até porque me considero um democrata e tenho a visão de que servir o seu País numa qualquer estrutura do Governo deve ser sempre motivo de enorme satisfação, muito maior quando se trabalha nesta área. A satisfação é enorme, porque não confundo aquilo que são as dificuldades do dia com a nobreza dos fins que procuramos alcançar: a educação de todos os nossos concidadãos! ✿

Definimos hoje um Museu como um processo museológico e educativo, onde todas as acções desenvolvidas têm subjacente e inerente a função educativa.

A definição de Museu apresentada na legislação nacional define-os como instituições que garantem um destino unitário a um conjunto de bens culturais e que os valoriza com objectivos científicos, educativos e lúdicos. No mesmo diploma considera-se a educação como uma das funções museológicas a que o museu se obriga. Diz o artigo 42.º:

“1 – O museu desenvolve de forma sistemática programas de mediação cultural e actividades educativas que contribuem para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais.

2 – O museu promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos.”

É assim aceite que um museu tem uma função educativa e através dela contribua para o desenvolvimento da comunidade onde está inserido.

Uma das vertentes que a museologia contemporânea tem vindo a explorar é a de tornar os museus um espaço aberto, ao serviço da comunidade, onde os diversos públicos possam mostrar e partilhar os seus saberes, conhecimentos, experiências e inquietações. Um espaço multicultural e social onde a comunidade possa expressar-se e exercer a cidadania plena. Nesta situação, o Museu aprende com os públicos e vão constituindo em conjunto novos patrimónios e novos temas de reflexão. O circuito do conhecimento é neste caso de duplo sentido: da comunidade para o museu e do museu para a comunidade.

As actividades do serviço de educação dos museus ao incidirem apenas sobre as exposições e sobre as colecções excluem do processo educativo todas as outras acções museológicas que os museus desenvolvem. Mas as acções ou funções museológicas atribuídas aos museus e que os definem enquanto prática institucional, social e cultural são também acções educativas se orientadas para uma vertente de comunicação com os públicos do Museu.

Apesar de teoricamente todos estes conceitos estarem assimilados pelos profissionais dos museus, na prática verificamos que a função e acção educativas das instituições museais continuam restringidas ao sector dos serviços de educação e com grande incidência ou quase exclusividade no público escolar. Todas as outras áreas de actuação

Aida Recheda

Monsantina

Mestre em Museologia

Directora do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior

Museus e Educação



ADRACES

O processo educativo é um processo de comunicação, de produção, transmissão e recepção de conhecimentos e experiências. Para haver efectiva comunicação, esta troca de experiências e conhecimentos tem de funcionar nos dois sentidos: do museu para o público e do público para o museu. A actuação dos serviços educativos dos museus tem mudado nas últimas décadas, à medida que a definição de museologia, de museus e de património evolui e integra novas acções e novas categorias patrimoniais. Contudo, podemos afirmar com segurança, que a maioria das actividades dos serviços educativos dos museus se repartem por visitas orientadas e visitas temáticas ou pela realização de ateliers com actividades de expressão plástica ou artística, expressão corporal, relacionadas com a exposição ou com as peças expostas. O circuito do conhecimento continua a ser do museu para o visitante.

dos museus (as já referidas funções museológicas) continuam fechadas numa actuação demasiado técnica e sem intenção de comunicação a um público mais vasto além dos especialistas.

Para tornar os museus processos educativos plenos, torna-se necessário agir sobre as diversas funções museológicas tratando-as como processos de comunicação bidireccionais. É necessário também promover uma aproximação maior entre os museus e as escolas e entre os museus e as comunidades, e saber o que estas pretendem e esperam dos museus, para que estes possam colaborar no despertar das consciências críticas, na sensibilização e análise dos problemas que as afectam e contribuir para o seu desenvolvimento. ✿

1 Para a elaboração deste artigo foram imprescindíveis os conceitos e a aprendizagem feita com a Professora Doutora Célia Santos, da Universidade Federal da Baía. Consultar a tese de doutoramento de Santos, Célia; (1996). "Processo museológico e educação. Construindo um museu didáctico-comunitário", Cadernos de Sociomuseologia 7; ULHT, Lisboa.

2 Lei-Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, artigo 3.º

3 As funções museológicas vêm definidas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

A fuga do Sacristão



7 v i d a s t ê m o p a r t i d o 7



O partido



O camarada Ramos



O agô, e prop.



O futuro PDM em tempo xucalista



Uma das donas



O sacristão das donas



Onão vão a bem...vão a chôrre

A fuga do sacristão

Do álbum “Os Fantasmas não fazem a Barba”, publicamos com os devidos agradecimentos o texto de Fernando Paulouro Neves: “A fuga do sacristão”.

A construção da democracia foi uma penosa tarefa nas terras do interior: Os tipos de Lisboa sabem lá o trabalho que aquilo deu! Convencer as pessoas que agora tinham direitos e o voto de cada um é que mandava, era coisa impenetrável na cabeça de populações de uma vida inteira afastadas desse exercício cívico. Muitos se lembravam que nas eleições, antigamente, nem era preciso ir lá votar: os senhores lá na junta se encarregavam disso. E quando era necessário, chamavam-se até os mortos para cumprir o dever cívico. Era a necrofilia eleitoral que dava maiorias de cem por cento!

Também podia acontecer o contrário. Um cidadão de convicções democráticas, chegar à mesa de voto, e dizerem-lhe:

— Tenha paciência, mas o senhor não pode votar. Está aqui dado como morto!

— Morto, eu? – respondia o outro estupefacto.

— Exactamente, os cadernos não enganam! Nestas andanças, a promiscuidade da vigarice era tal que um médico da oposição, sempre contra o regime, entrou um dia na assembleia eleitoral, de voto na mão, e perguntou, alto e bom som, ao presidente da mesa:

— Qual é a urna da oposição?

Mal os partidos se instalaram no terreno, a batalha pela conquista do eleitorado não tinha horas de repouso. Passava-se a vida na vigilância popular e eram tantos os militares que às vezes ninguém sabia onde começava a revolução e acabava a contra-revolução. Mostrar serviço era uma maneira de afirmação democrática.

O Partido Comunista, entre muitos outros obstáculos, tinha precisamente o de se chamar comunista...

Algumas vezes, velhos comunas ou anarcas, vindos do anarco-sindicalismo, que haviam experimentado o gosto da liberdade antes da ditadura mostrar as garras, surgiam espontaneamente, aqui e ali, a mobilizar as massas. Um deles, julgara-se transportado à revolução em estado puro, e promovera uma sessão de esclarecimento nas instalações da escola primária. Compareceram muitas velhinhas, vestidas de preto, que para ali foram depois da missa da tarde. O homem gastou muito palavreado a falar na revolução, mas via-as a todas a cochichar, umas com as outras, não escondendo a sua discordância com expressões vincadas no rosto.

Tudo aquilo era um sinal evidente de contra-

-revolução. Com um olhar irado (vermelho, de certeza), berrou:

— Ai é? Então se não vão a bem, vão a mal. Vão a chicote!

Não se diz que cada lugar é um destino? Então, está explicado o obsessivo interesse que, desde o início, os comunistas puseram nas Donas, aldeia que mais tarde viria a ficar no mapa da política como terra adoptiva de um primeiro-ministro socialista. Fosse lá alguém prever o futuro!

As Donas, dizia-se, reproduzia no tecido eleitoral a imagem do país. Era um microcosmos eleitoral. Os resultados locais poderiam ser, por isso, um reflexo do todo nacional. Havia então que investir nela, porque mudando ela, mudava o país...

Nas Donas, havia um homem de acção directa, que partilhava a teoria do chicote.

— Isto é tudo uma corja, a bem não vamos lá! O camarada vinha dos tempos do anarco-sindicalismo, e agora, mais velho, vendo o tempo a passar, queria resolver tudo num instante. Era ele uma das pontas do partido. A sua pequena oficina, no centro da aldeia, era um lugar de passagem obrigatória. A um canto, lá estava o pipo de vinho, de graduação alta, sempre aberto para a cumplicidade revolucionária. Quem lá ia em missão de agit e prop, já sabia que tinha brindes pela revolução.

— Então os camaradas não bebem? – inquiria ele, enquanto todos os presentes, em espírito de grande disciplina, se apressavam a levantar o copo.

Assim respondiam à ortodoxia.

A realização de eleições obrigou a voltar os olhos para as Donas. E um dia, logo numa das primeiras consultas eleitorais, chegou informação fresca lá da terra. O camarada recrutara meio mundo! Até o sacristão fora na onda, e andava agora de foice e martelo ao peito...

Tiraram-se de cuidados e foram ver. Estava a missa a decorrer. Quando o sacristão se voltou para o público, na acolitação ao prior, parecia que o emblema do partido se avantajava e encandeava os fiéis.

Era verdade: a base social de apoio, com o sacristão, tinha alargado substancialmente. Houve logo quem descobrisse em tudo aquilo uma estratégia:

— Deve ter esvaziado o pipo com ele. Deu-lhe a volta ao miolo...

O camarada vinha então à vila, acompanha-

do do sacristão com as insígnias. Ele muito alto e direito, cara comprida e olhar pesado; o outro, pequenino e redondo, sempre a balancear-se, bonacheirão e pateta. Passeavam a foice e o martelo naqueles emblemas redondos que deveriam ter sido feitos para se verem ao longe, muito ao longe.

— Aquilo é que é agitação e propaganda! – diziam alguns camaradas. — Se calhar, a seguir vem o padre...

Criou-se grande expectativa para o resultado de domingo seguinte. Seria uma vaga de fundo? O começo da vitória final?

No dia das eleições, quando as informações começaram a chover, depressa se descobriu que o resultado tinha sido um desastre. Pior que a média do país e do concelho. E todos, com um ar de enorme desgosto: o sentimento que visitava o centro de trabalho de cada vez que havia eleições.

— Até nas Donas, caramba!

— Ou sobretudo nas Donas, porra!

Tentava-se mascarar o tédio com a última anedota, quando o camarada, com o sobretudo cinzento que parecia um capote militar, assomou à porta. Trazia uma cara levada do diabo. Mal tinha dado uns passos e já alguém lhe perguntava:

— Então, camarada, o que foi que aconteceu? Foi cá um banho...

— O que é que querem? – respondeu ele, como se estivesse a falar de condições subjectivas. — Até o filho da puta do sacristão me falhou!

O homem fazia juras de acertar contas com aquele vira-casacas, que lhe andaram a pilhar o vinho do pipo, durante a campanha eleitoral.

— Corro aqueles cabrões a tiro, ai isso corro... Quando o viram assim, tão transtornado, tentaram sossegá-lo:

— Então, camarada, deixe lá isso! O que mais há são eleições...

Não o quiseram deixar regressar à aldeia, a pé, a deitar contas à vida e aos traidores da classe operária, como ele disse que ia. Foram lá pô-lo de carro. O voluntário lá teve de descer ao pipo e emborcar uns copos valentes para apagar do pensamento a desgraça em que caíra o microcosmos eleitoral.

Nessa noite, ele sonhou que um chicote enorme descia do sino da igreja e que o sacristão, preso nele, subia e descia na torre, com a cabeça a servir de badalo. Por sinal, o sino tocava o “avante camarada”! ❀



ADRACES

II Seminário Internacional “Estratégias de Promoção e Valorização do Património Cultural”

Os novos trunfos do Bordado de Castelo Branco

A segunda edição do Seminário Internacional “Estratégias de Promoção e Valorização do Património Cultural”, que se realizou no passado dia 5 de Dezembro de 2007, pretendeu dar continuidade à apresentação de dispositivos criados por várias equipas de trabalho no desenvolvimento de estratégias de valorização do património cultural lançada na edição anterior. Acabou por ser um culminar de surpresas com a divulgação pública de novos produtos relacionados com os avanços do projecto Ex-Libris, financiado pela IC EQUAL.

Da parceria entre a ADRACES, Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, Instituto Politécnico de Castelo Branco e Câmara Municipal resultam já grandes passos na avaliação de resultados do projecto, provenientes sobretudo do intenso trabalho de uma equipa interinstitucional, e na apresentação de actividades concretas realizadas, mostrando que todo o processo de valorização e promoção do Bordado de Castelo Branco está em efectivo andamento e desenvolvimento.

OS PRODUTOS

1. A origem do Bordado em livro

Do livro “ Colchas de Castelo Branco – Percursos por Terra e Mar” constam nove artigos de investigadores convidados, cada um apresentando as suas visões e conclusões científicas no apuramento das matrizes originárias do Bordado.

Este trabalho de inegável importância na análise histórica do Bordado retira, no entanto, como principal conclusão que a necessidade de mais investigação é prementória para novos avanços no estudo.

2. A criação da imagem de marca do Bordado de Castelo Branco

A partir do lançamento de um concurso na disciplina de Design Gráfico do curso de licenciatura de Artes da Imagem, os alunos da Escola Superior de Artes Aplicadas



ADRACES

(ESART) empreenderam um projecto de desenvolvimento da imagem de marca do Bordado de Castelo Branco, através da criação de uma marca gráfica – logótipo – para este artesanato. Os dois alunos vencedores apresentaram a imagem final, cujo elemento identificador do Bordado de Castelo Branco se caracteriza por ser um sistema de identificação simples com utilização estilizada dos símbolos mais conhecidos do Bordado, conferindo-lhes requinte e elegância.

3. A aplicação do software “Risco”

O programa digital de desenho intuitivo do Bordado de Castelo Branco desenvolvido pela ESART e pela EST justifica-se pela necessidade de conferir maior competitividade à actividade, possibilitar a criação de desenhos do Bordado com rigor e qualidade, melhorar a gestão de todo o processo prévio à execução manual, disponibilizar uma biblioteca que possibilita uma visão mais abrangente e larga sobre as possibilidades criativas, através da visualização imediata de múltiplas combinações e arranjos, bem como permitir às profissionais do sector interagir umas com as outras e com o consumidor final. Com a demonstração das funcionalidades do programa pela própria mão de uma Bordadora, ficou bem patente que estas profissionais começam a entrosar-se com o software e a dominar as ferramentas informáticas associadas ao mesmo. A criação de um website de suporte ao Bordado de Castelo Branco foi outra das novidades apresentadas.

4. A aposta no referencial formativo: Formação Profissional e Profissionalizante

A certificação da profissão de Bordadora tem sido também uma das grandes lutas dos parceiros envolvidos no projecto. O processo está agora nas mãos da ANQ (Agência Nacional para as Qualificações), que o vai aprovar e incluir no Catálogo Nacional das Profissões.

5. O caderno de especificações técnicas: o quê, para quê e para quem

Com o objectivo primordial de organizar a informação existente sobre o Bordado, nomeadamente no que diz respeito à seriação por épocas dos vários tipos de Bordado, garantindo cientificidade, qualidade e crédito ao mesmo, o caderno de especificações pretende afirmar-se com um instrumento útil igualmente para as profissionais deste ex-libris, salvaguardando o seu trabalho de artesãs e de um produto de excelência com qualidade e identidade próprias.

Deixou-se ainda a ressalva de que o processo de certificação não pode ser entendido como um conceito estático limitador da criatividade, produção e inovação; antes deve ser encarado como um documento dotado de princípios orientadores de qualidade e identidade, sujeito a revisões oportunas regulares.

Paralelamente, a partir deste mês de Janeiro estão disponíveis dois técnicos da ADRACES no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior para facultar todo um conjunto de informações pertinentes sobre estes novos produtos, bem como as suas finalidades e aplicações. ☼

VIVER lança blogue

Sempre atenta às novas tendências tecnológicas e com o objectivo de construir uma partilha mais intervencionista e cimentada da VIVER com os seus leitores, a equipa da Revista aposta agora na criação de um blogue na Internet. Este pretende ser um espaço de reflexão e de crítica, onde, de forma anónima ou não, os leitores podem apresentar as suas opiniões acerca dos grandes temas da publicação, representados por pequenos excertos, postados semanalmente, dos artigos publicados na edição impressa. O blogue vai ser inaugurado com o lançamento desta sétima edição da VIVER. Dê um saltinho até <http://revistaviver.blogspot.com>. A VIVER aguarda a sua visita e a sua opinião. ☼

Universidade Rural Europeia 2008

O Desenvolvimento dos Territórios Rurais Europeus



EDUCAÇÃO, CULTURA E TRADIÇÃO: UMA FONTE DE INOVAÇÃO E MODERNIDADE

“O Desenvolvimento dos Territórios Rurais Europeus” é a temática sobre a qual se desenvolverá a Universidade Rural Europeia 2008 e marcará o 20º aniversário de realização das URE.

A APURE – Associação para as Universidades Rurais Europeias, através dos seus parceiros polacos, nomeadamente a WSTiE – Escola Superior de Turismo e Ecologia de Sucha Beskidzka, encontra-se a organizar a 9.ª Universidade Rural Europeia (a segunda a ser organizada num país do leste europeu), que terá lugar em Sucha Beskidzka (Polónia) entre os dias 11 e 15 de Junho deste ano.

A APURE, fundada em 1988 com o objectivo primeiro de valorizar os conhecimentos e valores culturais das regiões europeias para criar uma alavanca essencial aos processos de desenvolvimento integrado e global dos territórios, assim como aos desafios económicos e sociais que se assinalem primordiais, orgulha-se de ter contribuído, um pouco por toda a Europa, para o desenvolvimento de um sentimento de valorização dos meios rurais e da ruralidade, através da realização das URE.

Ao longo dos 20 anos de existência da APURE foram desenvolvidas as seguintes Universidades Rurais Europeias:

- no ano de 1989, em Viuz-em-Sallaz (Savoie – França), sobre o tema “O Encontro dos Rurais da Europa”;
- no ano de 1991, em Schull (West Cork – Irlanda), sobre o tema “Agricultores e não Agricultores, juntos pelo Desenvolvimento Local”;
- no ano de 1993, em Évora (Alentejo – Portugal), sobre o tema “A Identidade Cultural, Motor do Desenvolvimento Local”;
- no ano de 1996, em Brandjberg (Dinamarca), sobre o tema “Ruralidade, um Meio Educativo para Todos: Urbanos e Rurais”;
- no ano de 1998, em Val Soana (Piemonte - Itália), sobre o tema “Educação Contínua de Adultos em Meio Rural para o Desenvolvimento dos Territórios”;
- no ano de 2002, em Montagne St. Émilion (Aquitaine – França), sobre o tema “Que os Territórios Solidários se Exprimam”;
- no ano de 2004, em Oxford (Grã-Bretanha), sobre o tema “Ruralidade, Políticas Regionais e Desenvolvimento das Comunidades Locais”;
- no ano de 2006, em Szolnok - Mezötúr (Hungria), sobre o tema “Diálogo Este/Oeste para o Futuro do Mundo Rural Europeu”;

Para mais informações sobre a APURE e as suas actividades consulte o seu sítio na Internet em www.ure-apure.org.

Para mais informações sobre a Universidade Rural Europeia 2008, deverá consultar o sítio próprio em www.urow.pl. Neste sítio pode encontrar informações sobre o programa do evento, as fichas de inscrição e ainda informações sobre as temáticas a serem desenvolvidas ao longo do encontro. ☘



Quiosque da "BIS"

"Nenhum recanto da Beira Baixa representa mais ao vivo a ancestralidade do povo lusitanoque esta região raiana"

Provérbios · rezas · lendas · crenças · mezinhas · adivinhas · músicas · poesia popular · hábitos e costumes

Penamacor

Após uma vida de trabalhos ainda cuida de flores



É comum dizer-se que "já não há mulheres como antigamente". Maria José Gonçalves, tratada carinhosamente por Ti Maria José "tamancas" (herdado do marido), é exemplo disso.

É uma das mais idosas residentes no cimo da

vila (zona histórica de Penamacor). Completou 85 anos em Outubro passado. Muito estimada por todos quanto a conhecem, esta simpática senhora tem um passado de muita labuta e sacrifícios.

Trabalhos no campo não lhe faltaram quando jovem. "Apanhei muita azeitona. Ceifei muitos quintos de pão e centeio. Aqui no cimo da vila não há quem tenha trabalhado tanto em toda a vida, como eu", afirma.

Mãe de seis filhos, Maria José e o marido (falecido há uns anos), passaram efectivamente as «passas do Algarve». "Fizemos muitas sacas de carvão de torga e estava no salgueirinho. Para fazermos o de torga tínhamos que dormir lá. Arrancávamos as cepas, abríamos um buraco no chão, onde metíamos a lenha. Depois de tapado com terra, deitávamos-lhe o fogo. Após ar-

derem durante a noite, retirávamos o carvão. O de esteva, para a braseira, era feito num só dia e dava menos trabalho. Às vezes acordava com o barulho que os burros faziam a escavar o chão com as patas dianteiras. Eu chamava o meu António que acendia umas torquinhos e os burros acalmavam. Eram os lobos que andavam por perto", explica-nos.

Para poderem usar os terrenos e a lenha para fazerem o carvão, tinham um acordo com o Eng. Godinho: "ele dava-nos os bilhetes de autorização e o carvão era de meias".

Os dias seguintes eram ocupados com o transporte e venda do produto. "Levávamos dois burros carregados de sacas de carvão e percorríamos as terras do concelho a vendê-lo de porta em porta. Cada saca era vendida a 10 e 15 escudos", recorda. "Tínhamos que trabalhar para arranjar comida para os filhos", justifica. Mas não foi só no campo e no carvão que a Ti Maria José labutou. "Lavei

muita loiça nas casas das senhoras da vila. Ia buscar caldeiros de um pó que havia na mata para esfregar a loiça. Também levei muitos cestos de roupa à cabeça para lavar na ribeira da Sra. do Incenso. E com uma filha pequena pela mão e outra na barriga", refere. Mais tarde, conseguiu um trabalho mais suave, até à reforma, no Centro de Saúde de Penamacor.

"Sou uma mulher rica", diz, referindo-se à sua descendência, pois tem 13 netos e nove bisnetos. Porém, da sua magra reforma, depois de pagar a alimentação, fornecida pela Santa Casa da Misericórdia, e os medicamentos que toma diariamente, pouco lhe resta.

Ainda assim, a Ti Maria José, todos os dias, encostada à sua bengala, desce à vila para limpar um quintal de um casal amigo. Dá de comer aos cães e, no Verão, rega as flores. "Os senhores estimam-me muito e eu também gosto muito deles", justifica sorrindo. ✿

Jolon

Idanha-a-Nova

Vila abre centro para artesãos

Um antigo edifício quinhentista do centro de Idanha-a-Nova, recuperado pela Câmara Municipal, é o novo Centro de Artes Tradicionais da vila, onde artesãos locais vão mostrar os seus trabalhos

Álvaro Rocha, presidente da Câmara, acredita que o espaço inaugurado vai ser "uma oficina colectiva capaz de preservar o artesanato local". Dois funcionários da autarquia, que também produzem artesanato, vão ser responsáveis pelo espaço e apresentar as peças mais representativas do concelho: marafonas, bonecas de pano típicas, as rodilhas para transportar cargas na cabeça e o adufe, instrumento musical que é a marca de Idanha.

"Mas a intenção é acolher mais artesãos. O centro está aberto a todos os que queiram trabalhar ao vivo, que não disponham de boas instalações ou que simplesmente procurem companhia, devido ao isolamento", explica o autarca.

O centro disponibiliza gratuitamente o espaço e todos os equipamentos mais comuns, desde a roda de oleiro, ao torno para peças de madeira, passando por um tear e inúmeras ferramentas de carpintaria.

Fórum cultural na mesma rua

Num concelho com cerca de 10 mil habitantes, Álvaro Rocha garante que "ainda há umas boas dezenas de artesãos no activo" com os quais a Câmara mantém contactos para animar o centro, uma oficina colectiva que também fará parte dos roteiros turísticos do concelho.

O Centro de Artes Tradicionais está situado na Rua de São Pedro, a rua mais antiga de Idanha-a-Nova, onde a Câmara adquiriu e recuperou diversos imóveis centenários mantendo a traça original.

Na mesma rua, foi também inaugurado o Fórum Cultural da vila onde vão estar expostas mostras de artesanato e arte sacra local. "Todo o mobiliário do espaço foi feito por artesãos do concelho", destaca Álvaro Rocha.

Retirado de Diário XXI de 26 de Dezembro de 2007



Tradição mantém aceso Madeiro de Natal de Penamacor

O Madeiro de Natal é, ainda hoje, uma das tradições mais vivas e, simultaneamente, mais antigas de Penamacor. Ninguém sabe concretamente quando nasceu, mas o certo é que este costume está para perdurar para uma longevidade de gerações.

Poucos sabem contar a origem desta tradição, mas, dizem as pessoas mais idosas, que “desde sempre, toda a vida, me lembro do Madeiro de Natal”. E a verdade é que os mais novos teimam em não a deixar morrer. Os rapazes que no ano vão às “sortes” (inspecção militar) são os responsáveis pelo corte das sobreiras que irão “aquecer” o Menino Jesus durante todo o período de Natal, prolongando-se sempre até ao dia de Reis. Nem que, para isso, seja preciso reforçar o madeiro, que há-de arder no meio do “alto-da-praça”, junto à Igreja Matriz.

A 7 de Dezembro, começam a cortar-se as sobreiras. Outrora eram retalhadas com machados e com a ajuda de enxadas, sendo posteriormente transportadas em carros de bois. Hoje em dia, os métodos para adquirir o madeiro são diferentes. Mesmo as tradições mais “acesas” não resistem ao avançar dos

tempos. Os machados e as juntas de bois deram lugar às serras eléctricas e aos tractores, que em muito vieram facilitar a árdua tarefa. O início dessa noite é marcado por uma feijoada, preparada pelas raparigas do ano, e que vem recuperar as forças dos rapazes do Madeiro, depois de uma dura jornada de trabalho. Também, aqui, a tradição se alterou, pois antigamente as mulheres não participavam, ficando apenas reservada para os jovens do sexo masculino.

Com o decorrer da noite, assam-se carnes e sardinhas, regadas pela “boa pinga da terra”. Toda a população da vila é convidada a ir até ao monte. Entre cantigas à desgarrada e um copo de vinho (sempre tinto), lá se vão aquecendo nas fogueiras que são a única luz que ilumina a noite fria. Em tempos já remotos, havia menos fartura de comida e bebida. Todavia, as gentes pobres de Penamacor sempre arranjavam algumas filhós e carnes para assar.

Já na manhã de 8 de Dezembro (dia de Nossa Sr^a da Conceição, padroeira da vila), antes do final da missa do meio-dia, preparam-se os tractores carregados com o Madeiro,

que é depois transportado e descarregado no “alto-da-praça”. À saída da missa, todos se reúnem para verem chegar o grandioso Madeiro, que é considerado há muito o maior de Portugal. Os rapazes das “sortes”, e as pessoas mais resistentes que a eles se queiram juntar, vêm “encavalitados” em cima dos troncos e vão atirando com laranjas e rebuçados à população que assiste. Depois de descarregado, o Madeiro fica exposto na praça para ser visto e apreciado por todos. À noite realiza-se um jantar, para o qual são convidados todos os que ajudaram no corte e no transporte dos grandes troncos, ao qual se segue então o baile, também ele organizado pelos rapazes das “sortes”.

É no dia 24 de Dezembro que se ateia o Madeiro. Depois da Missa do Galo, todos se juntam à volta da fogueira, entoando cânticos ao Menino Jesus:

“Oh meu menino Jesus!
Oh meu menino tal belo!
Logo vieste nascer na noite
Do caramelo!”

“Alegre-se o céu e a terra
Cantemos com alegria
Que já nasceu o menino
Filho da Virgem Maria!”

Ao longo dos 12 dias que o Madeiro está aceso, é possível ver os homens a “coçar” o madeiro com paus, para que nunca se apague, enquanto vão cantarolando: “arde madeirinho, arde”.

O sentimento tradicionalista deste costume é tão marcante que, actualmente, a rapaziada começa a preparar este acontecimento muito tempo antes, uma vez que, ano após ano, esta tradição atrai cada vez mais forasteiros a Penamacor. ❀

Sandra Vicente



Da distinção entre:

Formação Técnico-Profissional e Formação para o Desenvolvimento Local em meio Rural

Calisto Tamor

“A formação, como o estímulo ao Desenvolvimento, quando oferecidos, dificilmente servem, com aproveitamento, a quem ainda não sentiu essas necessidades”.

Parecendo uma conclusão óbvia, já não o é, sobretudo quando se parte de diferentes compreensões e sensibilidades sobre o que se deve entender por: “formação”.

Distinguir entre os significados práticos dos conceitos de: educação/qualificação, animação, sensibilização, motivação, formação, dando cronologicamente a sequência mais adequada a cada intervenção concreta, parece ser uma tarefa para a qual é necessária... alguma formação.

a dos enquadramentos normativos de programas de carácter nacional ou regional. Para este tipo de acções, é condição indispensável a possibilidade de adaptar regras e métodos de intervenção à especificidade cultural, social e económica de cada local.

A formação técnico-profissional em meios rurais só pode ser útil ao desenvolvimento dos territórios dos formandos e aos próprios formandos nos seus territórios se for precedida de um processo de auscultação/motivação das populações em causa.

Esse processo pressupõe igualmente um trabalho de interacção entre as motivações espontâneas e mais ou menos subjectivas

cular, os próprios programas de formação.

As acções específicas de formação “técnico-profissional” devem ser as resultantes desse processo para que sejam adaptadas e eficazes, ao nível das disponibilidades, capacidades e interesses dos “recursos” humanos disponíveis, e em relação às condições materiais e sociais existentes.

Nos médios e grandes espaços urbanos, formam-se ou qualificam-se pessoas para o “mercado de trabalho.” Nas pequenas e médias comunidades rurais, ou de características rurais, salvo algumas poucas excepções, o “mercado de trabalho” é praticamente inexistente.



FISHEYE

Muitos dos insucessos e dificuldades verificadas na realização de acções genericamente designadas de “formação”, sobretudo em meio rural, devem-se ao facto de serem – “ofertas” – aceites sem auto-motivação objectivada, prevalecendo razões de sobrevivência económica, cujos efeitos tendem a esgotar-se com o fim de cada acção.

Em meios rurais de fraca densidade populacional, seria necessário que os diferentes programas reguladores e financiadores de “acções de formação” distinguissem de forma clara, entre animação – sensibilização – motivação para o auto-desenvolvimento próprio e dos seus territórios, e/ou formação/qualificação técnico-profissional, reconhecendo a necessidade das primeiras, para identificar a utilidade das segundas.

Outra das questões consideradas relevantes para a eficácia de intervenções que visem desenvolver um determinado local através da “formação das pessoas aí residentes,” é

das populações e os dados resultantes de uma análise técnica, sócio-económica, às potencialidades e fraquezas de cada espaço objecto da intervenção, e das suas interdependências com outros espaços, sem esquecer que o nível de motivação das pessoas a envolver será sempre o factor dominante!

A prévia auscultação e análise não pode ser, ao contrário do que até hoje e de maneira geral se pratica, a mesma coisa que a realização de um “diagnóstico” técnico-estatístico de uma determinada comunidade ou território, num determinado momento, como documento referenciador de uma realidade momentânea, necessário à avaliação posterior dos resultados.

O processo prévio de auscultação e análise, necessariamente participado, é mesmo um processo com evolução e dinâmica próprias de alto valor pedagógico para potenciar a futura participação activa das populações, que deve integrar, a nível orçamental e curri-

Nestes casos, qualificar ou formar pessoas, sem animar e relacionar previamente as suas motivações e capacidades com as potencialidades e possibilidades do seu espaço/território é, objectivamente, contribuir para o despovoamento dessas comunidades rurais e o agravar das situações sociais nas zonas periféricas das médias e grandes cidades.

Considerar as pessoas apenas como “força de trabalho físico ou intelectual” destinada a abastecer as necessidades do “mercado de trabalho ou de emprego”, rompendo em absoluto com a relação fundamental entre o Humano e o seu Território, pode ser uma coisa “necessária” à efémera sobrevivência das economias regionais e sub-regionais dentro da corrida pela competitividade económica global, desregulamentada e anti-democrática; mas não é, certamente, uma atitude que vise a conservação da natureza e a preservação das relações de equilíbrio entre os Humanos e o seu Planeta. ☘



PEDRO MARTINS

Escola de laços e valores

Lopes Marcelo

1. A escola e o território. A escola é sempre muito mais do que o conjunto dos recursos directamente implicados na acção de ensinar. A escola é também o meio social, económico e cultural que a rodeia e, sobretudo, os valores e os laços da comunidade envolvente que lhe deu origem e que a escola serve.

Tratando-se do meio rural, é o **território** (como mosaico dos recursos naturais, a sua história, as formas e os resultados da ocupação e evolução humana), que representa o enquadramento da escola. A imagem e a identidade cultural de um território não é um dado adquirido e estático, antes tem a ver com as mentalidades, a maneira de ser e de estar da sua população. Só na medida em que se toma consciência e se partilha e alimenta dinamicamente essa mesma consciência social e colectiva é que se desenvolvem e consolidam os laços, os valores e os olhares que a escola recolhe e reproduz.

2. Imagens do mundo rural. Ao longo do século passado, decorrente da falta de infraestruturas (vias de acesso, água, energia eléctrica e saneamento básico) e de condições de vida muito duras, a imagem do mundo rural era de muito atraso e bloqueamento, de que se tinha de fugir a sete pés. E a escola era um instrumento para essa fuga. A escola reproduzia e ampliava a leitura depreciativa, as crianças eram ensinadas a detestar a vida nas aldeias e estimuladas a livrarem-se do pó do campo. A estagnação produtiva nos campos não gerava empregos e a progressiva taxa de escolarização consolidou a fuga da imagem social negativa do lavrador, do pastor e do trabalhador rural.

Nas últimas décadas a realidade do mundo rural mudou muito e para melhor. As acessibilidades, as redes de água, de energia eléctrica e de esgotos são uma conquista da democratização do país. As Autarquias locais assumiram-se como agentes regeneradores e actores essenciais na dignificação das condições de vida. O modo de

produção agrícola e florestal evoluiu e humanizaram-se as condições de trabalho. A estrutura da propriedade também se tem alterado, facilitando-se o acesso à terra com novas vertentes de exploração mais rentáveis. A **imagem social**, antes generalizada de que a população rural era por natureza atrasada e rude na sua maneira de ser e de estar, inculta e bloqueada, não correspondia à realidade. Alteradas que foram as condições de vida, deu-se um salto qualitativo notável de abertura e de reafirmação dos seus valores e saberes. O olhar depreciativo sobre o mundo rural que ainda existe na sociedade urbana já não faz qualquer sentido. Contudo, ultrapassar tal paradigma injustamente enraizado na sociedade urbana é um processo lento, embora necessário e urgente ao país como um todo.

3. A escola e os programas. À escola como agente cultural de administração central, reproduzindo o olhar e o entendimento que o sistema político autoritário tinha do país, sucedeu a escola renovada pelos ventos da democratização e da liberdade. No início desta fase, verificou-se a disponibilidade para a escola se abrir à comunidade local e ao património cultural envolvente. Contudo, pouco a pouco, tal disponibilidade foi diminuindo. Por força dos programas que são extensos e pesados e devido a um ambiente de competição, a escola não se abre aos saberes fora dos programas. Estes são de concepção central, muito na óptica urbana e cidadina, uniformes e pouco têm a ver com a realidade onde as escolas estão inseridas. Será que existe a ditadura dos programas? Quero pensar que não! Antes pelo contrário, é fundamental que a escola interaja com o território envolvente, abrindo-se a parcerias e a projectos comuns a outras entidades locais, de modo a que os jovens se impliquem num processo de cidadania de participação pedagógica. Desde logo visando **identificar** e **estudar** a herança do património rural, de modo a **alertar** para os riscos de destruição da memória, saberes e sabores rurais.



PEDRO MARTINS

Supõe-se **divulgar** o património cultural (quer o edificado, quer o paisagístico), a maneira de ser e de estar que dá autenticidade e diferencia os territórios. É urgente **contribuir** para o reconhecimento da cultura rural, promovendo a tomada de consciência pública e notória das características, valores, tradições e produtos genuínos que são a base da auto-estima das populações rurais. Importa **assumir** a memória viva dos saberes rurais, em diálogo directo com o testemunho dos portadores de experiência de vida, quais pedras vivas da identidade das nossas comunidades rurais; o que representa **participar** no lento processo afectivo de afiliação em que se valorizem e vivifiquem as raízes. Acima de tudo, trata-se de **partilhar**, como prática pedagógica e didáctica os conhecimentos e os valores enraizados em cada território onde a escola se insere e cujo futuro só em conjunto pode ser conjugado e defendido.

4. Vertente didáctica e pedagógica. Em termos práticos, as várias vertentes em que a cultura popular, as características dos ciclos culturais produtivos (do linho, da pecuária, do pão, do azeite, etc), o artesanato produtivo

e decorativo, podem e devem entrar nas actividades escolares de modo a acolher a memória colectiva dos hábitos e tradições das comunidades rurais. Visando o estudo do meio físico, quem não se lembra dos interessantes **herbários** que ao longo de vários anos lectivos consolidava com as recolhas no campo o conhecimento da flora local. Também o estudo da fauna é relevante para o entendimento do património envolvente.

A experiência do contacto directo com a actividade dos artesãos e com as actividades produtivas e a vivência das tradições é de grande valor para o enraizamento e auto-estima. Trata-se da adesão pelos afectos que consolida a tomada de consciência sobre o património da **Comunidade** de origem e nos cabe dignificar e defender.

5. Conclusão. Ultrapassar-se a visão depreciativa e empobrecedora sobre o mundo rural depende muito da formação que se der nas escolas. A adesão íntima aos laços e valores que envolve a vontade e acção a nível do ser, da auto-estima, da maneira de ser e de estar, não são imperativos. **Não se impõem.** Pouco adianta impor: participa, acredita, assume e partilha! Antes, tal mentalidade resulta da lenta acção do conhecimento e do exemplo, pelos laços familiares e sociais, bem como pela instrução escolar. Descurarem-se ou cortarem-se os laços e os valores, trocando-os pelo individualismo e consumismo, representa desenraizamento e deficiente estruturação das personalidades. E pessoas desenraizadas não são equilibradas nem disponíveis para o empenhamento na defesa de **valores colectivos**. Quando se cortam os laços e os valores, também falhou a escola e fica comprometida a auto-estima como fermento fecundo para a construção do futuro. Um futuro com alma e identidade! ❁

“Pela boca morre o peixe...?”

De “O Diário de Salazar” de António Trabulo, prefaciado por Fernando Dacosta, edição da Parceria A. M. Pereira – Lisboa 2007 - a.m.@pereira.com, 241 páginas, retiramos estas “pedrinhas e pedradas”, limpas e apresentadas pelo autor: - “aproveitando passagens de discursos, entrevistas, declarações, afirmações proferidas e escritas por Salazar ao longo da vida” (do prefácio).

Não se abespinhem cá com o Cunqueiras, olhem que é sempre bom mergulhar (salvo seja) no pensamento das pessoas experientes, às vezes...

Não estranhem estas pedrinhas meio sérias e “finórias” a meter-se com coisas “do outro mundo”.

Estamos no Inverno, com a falta de sol, cá o Cuncas, como toda a família, somos dados a leituras eruditas, pois, também somos pessoas cultas!

É preciso saber como foi, para evitar que volte a ser.. ou para conseguir que o tempo volte para trás, conforme os gostos. Cá o Abel, da família dos Cuncas da BIS, não se mete em confusões! E agora, leiam e ajuízem segundo a vossa isenta e muito respeitada vontade, sobre algumas notas do “Diário de Salazar”, aquele senhor que Deus tenha em seu eterno descanso.

7 / Janeiro / 1905 | Vistos de longe parecemos uma procissão de corvos. As sotainas pretas seguem-se tristemente umas às outras. Alimentamo-nos da mocidade que há em nós. Somos corvos espertos: todos sabemos algumas frases em latim e nenhum abrirá o bico para saltar o queijo ou para dizer o que realmente pensa.

2 / Maio / 1905 | Quero-lhe quase tanto como à Virgem. Felismina vai-me dizendo que sim... e que não.

12 / Maio / 1905 | Às vezes penso que não quero ser padre. Também não faço tenções de ser professor primário nem funcionário público. A verdade é que não sei ainda bem o que pretendo.

6 / Outubro / 1905 | Acabaram as férias. O David não voltou. Dois dos seus amigos mais chegados faltaram também. De acordo com os boatos foram expulsos. O seu grupo não era numeroso. Distingua-se por um conjunto de atitudes difíceis de definir e fáceis de identificar, impregnadas de um certo maneirismo. Viviam um pouco à margem dos outros, embora participassem em todas as rotinas do seminário. Eram rapazes tristes. Havia neles qualquer coisa que os irmanava e os afastava dos outros.

11 / Novembro / 1905 | Em Portugal, quem é pobre e quer ir além das primeiras letras entra num seminário. A mula mais gorda da minha aldeia era a do padre, mas isso tem pouco a ver com a minha motivação. Não procuro a opulência; quero apenas ser respeitado. Não sei porquê lembrei-me do David.

Uma tarde encontrei no missal uma folha preenchida com versos provocadores, aludiam à rapariga e ao rapaz que há dentro de nós. Rasguei logo o papel. Aquele não era o meu missal. Alguém o tinha trocado intencionalmente.

14 / Fevereiro / 1914 | Nunca fui tão humilhado. Juro perante Deus que não voltarei a admitir afronta assim. Os tamancos do meu Pai são calçado honesto! E eu hei-de subir tanto na vida que chegará o dia em que os Perestrelos (tinham-lhe negado a filha) terão de esticar o pescoço bem para cima para me poderem encarar!

7 / Março / 1914 | Atirei-me de cabeça ao mundo. Como nada possuo, pouco tenho a perder. Os conhecimentos que fui fazendo em casa dos Perestrelos abriram-me portas. Acompanho o padre Manuel Cerejeira em conferências, debates e manifestações e publico com regularidade artigos de opinião em jornais católicos.

18 / Março / 1916 | Dei a primeira lição. Muito me custou começar... Nunca me senti confortável a falar em público. Apertam-me a garganta medos atávicos; julgo que nada valho e que vão fazer pouco do que digo... Lembro-me dos tempos de rapaz. Não era lá muito forte. Não cheguei a aprender a nadar e mostrava pouco jeito para jogar à bola. Tinha (e tenho) um defeito num pé. Não me fazia coxear mas dificultava-me a corrida e os saltos. Sempre tive dificuldade em conviver. Os outros miúdos achavam-me diferente. Tornei-me muito cedo solitário. Será que terei de carregar às costas, vida fora, as humilhações da mocidade? É por isso que me falta confiança quando tenho que encarar um grupo de mais de dez seres humanos?

11 / Novembro / 1916 | Ontem confidenciei ao Manuel Cerejeira: “Sabes? Acho que a minha vocação é ser primeiro-ministro de um rei absoluto”.

4 / Julho / 1919 | Pobre como sou, aprendi cedo a controlar as características daninhas da minha metade jovial.

Poucos prazeres me permito. Nenhum devaneio me afastará dos objectivos que tracei. Sei o que quero; aprendi com Leão XIII: os católicos devem empenhar-se na política e chegar-se aos mais altos cargos do Estado.

28 / Dezembro / 1928 | Chega ao fim um ano muito especial. O Padre Manuel Cerejeira foi feito bispo, por decisão do Papa Pio XI. E eu, cá estou. O Vaticano não dá ponto sem nó. A estadia do Padre Mateo, enviado do Papa, entre nós, não foi fruto do acaso, nem de um impulso momentâneo do Manuel.

22 / Julho / 1929 | Parece-me claro que, após um ano de governação, o capital político do Presidente Vicente de Freitas é cada vez mais escasso. Os êxitos do governo são fundamentalmente êxitos das finanças. ASSIM O ENTENDEM OS CATÓLICOS e os conservadores e assim o vão entendendo as forças armadas. O momento parece adequado a um braço de ferro, mas será melhor não arriscar tudo numa única carta. Afinal de contas, no Outono passado, o Presidente da República optou por apoiar o chefe do Governo. Vou pedir a demissão, mas sem bater com a porta definitivamente. Escreverei ao mesmo tempo a Vicente de Freitas e a Carmona. Os maçons continuam a dominar o País, mas a minha posição política saiu reforçada, não creio que este Governo de Ivens Ferraz, que eu sugeri, se aguente muito tempo.

22 / Dezembro / 1929 | O Manuel Cerejeira subiu. É agora Cardeal. Eu tenho quarenta anos e, mais tarde ou mais cedo, serei primeiro-ministro.

6 / Fevereiro / 1930 | De tanto representar, chego a olhar-me ao espelho sem saber se posso confiar na imagem com que me confronto.

Nota: Já está cansado o braço, por hoje chega de pedras e pedrinhas, a poça está quase cheia e o Belinho do meu primo chama pra caldeirada, beijinhos do vosso fiel ABEL.



FISHEE

director: **António Realinho**
publicação trimestral
distribuição gratuita

Meninas para a escola



Nesta edição destaca-se:

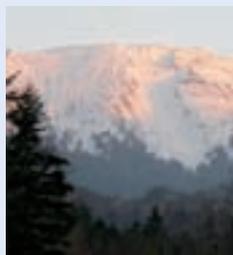


Tribuna da Cidadania

Joaquim Augusto Romão Cabanas Carteiro de Meimoa/Cidadão Escolhido

08

“Durante 32 anos calcorreou as ruas e veredas da sua muito amada terra e das terras vizinhas para entregar cartas, a dar boas e más notícias aos que por ali tinham ficado após a grande “debandada” dos anos difíceis”.



Ondas Curtas Europeias

O futuro da Política Agrícola Comum

09

“Na linguagem comunitária, este balanço sobre o estado de saúde da PAC foi realizado através de uma comunicação redigida pela Comissão em data de 20 de Novembro de 2007. Esta comunicação é o início de um longo processo de difíceis e alargadas negociações que se desenrolarão durante o primeiro semestre de 2008 sob a Presidência Eslovena. Durante a Primavera, todas as propostas recolhidas integrarão as diferentes opções da reforma orçamental para o após 2013”.



Grande Tema

A Educação e o Ensino Escolar no Desenvolvimento Local da BIS

13

“A massificação do ensino não é um mal, é um bem, mas é um bem que traz problemas. É bom que o cidadão comum perceba que o trabalho do professor é hoje muito mais exigente, não só porque hoje os professores têm na escola alunos com mais dificuldades que anteriormente nunca lá estavam, mas também porque hoje os professores têm que tratar muito mais dimensões do saber (do saber fazer, do saber SER, do saber estar) do que tinham há uma década atrás” – Valter Lemos, Secretário de Estado da Educação



Sentir a Beira

Escola de laços e valores

47

“O olhar depreciativo sobre o mundo rural que ainda existe na sociedade urbana já não faz qualquer sentido. Contudo, ultrapassar tal paradigma injustamente enraizado na sociedade urbana é um processo lento, embora necessário e urgente ao país como um todo”.

